



S. C.
M. C.
2025
10/12

**IRMANDADE DA CASA DE
MISERICÓRDIA DE CASTRO DAIRE**
Instituição Particular de Solidariedade Social

RELATÓRIO DE GESTÃO
Ano findo em 31 de dezembro de 2025

Índice

1	INTRODUÇÃO	2
2	MENSAGEM DA PROVEDORA	2
3	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	4
3.1	Estrutura de Rendimentos	4
3.2	Estrutura de Gastos	7
3.2.1	Gastos com pessoal	8
3.2.2	Fornecimento e Serviço Externo	8
3.2.3	Custo da Mercadoria Vendida e da Matéria Consumida	9
4	Autonomia Financeira e Endividamento	9
5	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	10
5.1	Posição financeira	10
6	RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL	10
6.1	Lar Padre Sebastião Vieira	10
6.1.1	Caracterização da Resposta Social	10
6.1.2	Principais objetivos	11
6.2	Lar S. Pedro	11
6.2.1	Caracterização da Resposta Social	11
6.2.2	Principais objetivos	12
6.3	Serviço de Apoio Domiciliário	13
6.3.1	Caracterização da Resposta Social	13
6.3.2	Principais objetivos	13
6.4	Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI)	14
6.4.1	Caraterização da Resposta Social	14
6.4.2	Principais objetivos	14
6.5	Creche	15
6.5.1	Caraterização da Resposta Social	15
6.5.2	Principais objetivos	16
6.6	Jardim de Infância	17
6.6.1	Caraterização da Resposta Social	17
6.6.2	Principais objetivos	17
6.7	Rendimento Social de Inserção	18
6.7.1	Caraterização da Resposta Social	18
6.7.2	Principais objetivos	18
6.8	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	19
6.8.1	Caraterização da Resposta Social	19
6.8.2	Áreas de Intervenção e Serviços	19
6.9	Lar São João de Deus (Lar Residencial e Residência de Autonomização e Inclusão)	20
6.9.1	Caraterização da Resposta Social	20
6.9.2	Principais objetivos	20
6.10	Centro de Dia	21
6.10.1	Caraterização da Resposta Social	21
6.11	Atividades de Tempos Livres	22
6.12	Cantina Social	23
6.12.1.	Caraterização da Resposta Social	23
6.13	Banco de Ajudas Técnicas	23
6.14	Outras Atividades Sociais	23
7	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	24
8	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	24
9	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA INSTITUIÇÃO	24
10	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	25
10.1	RISCO DE CRÉDITO	25
10.1.1	Créditos sobre Clientes	25
10.2	RISCOS DE MERCADO	25
10.2.1	Risco de Taxa de Juro	25
10.3	RISCO DE LIQUIDEZ	25
11	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	26
11.1	Autorização para a emissão	26
11.2	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	26
12	OUTRAS INFORMAÇÕES / CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES	26
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27



1 INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire também designada Irmandade da Misericórdia de Castro Daire remonta à época medieval, originária das Confrarias de caridade, administradoras de albergarias e hospitais. Fundada em 1659, foi constituída inicialmente como Irmandade das Almas com objetivos piedosos.

Por Carta Régia de autorização do Rei D. Luís datada de 30/11/1861 a Irmandade das Almas passa a designar-se Irmandade da Misericórdia, criando a Santa Casa da Misericórdia, a mesma já havia nascido nesse mesmo ano, pelo Decreto-Lei de 6 de setembro, que a instituiu, marcadamente com objetivos sociais. Menos de dois anos depois da assinatura da Carta Régia, a Mesa Administrativa decidiu construir um novo Hospital em substituição da antiga albergaria, tendo o mesmo Rei autorizado a compra do terreno para o efeito e respetiva construção.

Após a conclusão das obras, o Hospital dispunha de duas enfermarias, uma para homens e outra para mulheres, uma sala de operações, quartos para doentes particulares e Irmãos de primeira classe, secretaria, cozinha e farmácia com os devidos compartimentos para laboratório.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, findo o exercício de ação e orçamento de 2025, vem, no cumprimento e observância das disposições legais e estatutárias, apresentar o relatório e contas da atividade desenvolvida, para ser presente à Assembleia Geral, onde deve ser apreciado, discutido e votado, nos termos da alínea c), do nº 4 do artigo 14º do Compromisso.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida durante o ano findo em 31 de dezembro de 2025.

2 MENSAGEM DA PROVEDORA

Caríssimos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire,

Volvido mais um ano desde a última apresentação das atividades desenvolvidas e das respetivas contas, cumpre-nos proceder ao devido balanço e dirigir-vos algumas palavras.

Esta Instituição centenária nasceu com a missão de servir os mais desfavorecidos. Contudo, na atualidade, o nosso campo de ação é significativamente mais amplo, abrangendo toda uma comunidade que usufrui dos nossos serviços. Esta realidade constitui, por si só, um enorme desafio e implica uma grande responsabilidade perante um universo cada vez mais diversificado de utentes, que vai desde a Creche, acolhendo crianças de tenra idade, até às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas.

Tal diversidade exige uma resposta multidisciplinar, obrigando a que a nossa ação se desenvolva em vários domínios e com uma criteriosa gestão e distribuição dos nossos recursos humanos. Neste contexto, torna-se cada vez mais imperioso apostar na formação contínua dos nossos trabalhadores, verdadeira força motriz da Instituição, de forma a garantir que todos estejam preparados para responder às crescentes exigências das respostas sociais que prestamos.

Importa, por isso, sublinhar que as atividades desenvolvidas ao longo do ano, de acordo com o plano traçado, só foram possíveis graças ao empenho, dedicação e profissionalismo dos nossos colaboradores, o que constitui motivo de grande orgulho para todos nós.

Enquanto Provedora, ao leme de uma equipa administrativa que nunca baixou os braços perante as adversidades próprias de uma Instituição que tem vindo a enfrentar um cenário de resultados negativos, importa referir que a persistência e o trabalho diário permitiram alcançar um resultado positivo no presente exercício. Contudo, importa também esclarecer que tal se deveu, em grande medida, à atribuição de um apoio do Fundo de Socorro Social para Equilíbrio Financeiro, no valor de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros).

De igual modo, merece destaque a abertura de seis novos lugares no Lar Residencial São João de Deus, na sequência da obra de requalificação realizada ao abrigo do Programa PARES 3.0, reforçando assim a nossa capacidade de resposta à comunidade.

Se algo podemos afirmar com convicção é que a luta continua e que o trabalho persistente acaba sempre por dar bons frutos.

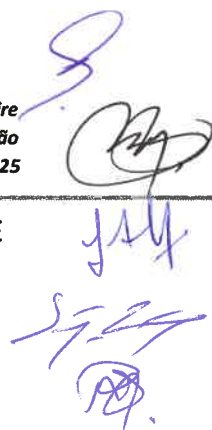
Os desafios multiplicam-se e, na mesma proporção, aumentam também as necessidades e os esforços necessários para lhes dar resposta. Os nossos Órgãos Sociais mantêm-se empenhados em cumprir esta nobre missão e tudo farão para continuar a servir a comunidade ao longo do ano de 2026, que se antevê simultaneamente próspero e desafiante.

Entre os projetos previstos ou em curso, destaca-se o alargamento da resposta social de Creche, que contará com mais 48 vagas, fruto da aprovação da candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Foi igualmente aprovada a candidatura ao PRR para a reabilitação da nossa Unidade de Cuidados Continuados Integrados, num investimento de 420.000,00 € (quatrocentos e vinte mil euros). Acresce ainda a chegada de duas viaturas elétricas, igualmente financiadas pelo PRR, uma de nove lugares e outra de cinco lugares, que contribuirão para a renovação da frota da nossa Instituição.

O novo ano apresenta-se também exigente, nomeadamente devido ao aumento da massa salarial decorrente da atualização do salário mínimo nacional e das tabelas previstas nos Contratos Coletivos de Trabalho. Acresce ainda o contexto internacional instável, marcado por conflitos que poderão ter impacto na subida dos preços dos bens essenciais e dos combustíveis.

Por fim, cumpre-me expressar um profundo agradecimento a todos os Órgãos Sociais, a todos os Irmãos, aos nossos Utentes e às suas Famílias, aos Beneméritos, às Instituições que conosco colaboram e a toda a Comunidade em geral.

Rogo a Nossa Senhora da Misericórdia que continue a iluminar e a guiar os nossos passos, com votos de muita saúde e com a bênção de Deus.



3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 Estrutura de Rendimentos

Composição dos rendimentos em 2025 e 2024, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em Euro			
	2025	2024	Δ Absoluta	Δ em % face a 2024
Vendas e prestações de serviços	4 609 653,40	4 173 891,47	435 761,93	10,44%
Subsídios à exploração	391 173,45	137 320,95	253 852,50	184,86%
Outros rendimentos	184 636,51	156 037,86	28 598,65	18,33%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 264,37	3,98	1 260,39	31668,09%
Aumentos de justo valor	658,85	0,00	658,85	100,00%
Total da estrutura de rendimentos	5 187 386,58	4 467 254,26	720 132,32	16,12%

De acordo com o ponto 6.6 e 6.7 da Norma Contabilística e de Relato Financeiros para Entidades do Setor não Lucrativo, o reconhecimento das verbas provenientes de acordos de cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo, em cumprimento da informação emanada da Comissão de Normalização Contabilística, datada de 24 de novembro de 2023, na qual esclareceu que:

- quando o pagamento da participação estiver dependente da variação da frequência dos utentes, está-se perante uma prestação de serviços; e,*
- quando o pagamento da participação ocorrer independentemente da variação ou frequência dos utentes, são atribuídas tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estando-se perante a atribuição de um subsídio à exploração.*

Dado que, o pagamento das participações está dependente da variação da frequência dos utentes e, seguindo os critérios da NCRF-ESNL, a Entidade reclassificou as participações recebidas da Segurança Social, contabilizando as participações para a conta 729.

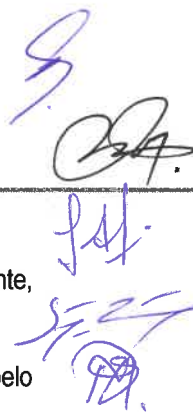
Detalhe das "Vendas e Serviços Prestados":

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Prestação de serviços			
Utentes:			
Creche	-	4 161,34	(4 161,34)
Jardim de Infância	28 337,42	47 892,33	(19 554,91)
A.T.L.	-	16 628,74	(16 628,74)
Familia e Comunidade	443,00	808,00	(365,00)
CAO -CACI	35 871,14	33 947,34	1 923,80
Lar Residencial	68 356,98	48 494,75	19 862,23
Residência Autónoma	6 767,07	7 417,80	(650,73)
Lares Idosos	864 707,48	783 488,51	81 218,97
Centro de Dia	27 039,90	30 113,74	(3 073,84)
SAD -Serv. Apoio Domiciliário	106 384,40	92 845,50	13 538,90
Gestao Camas Privadas	120 465,70	120 453,84	11,86
Unidade de Cuidados Continuados	179 250,12	163 891,14	15 358,98
Outras atividades sociais	-	1 645,48	(1 645,48)
VENDA ENERGIA -SU	418,70	569,64	(150,94)
subtotal utentes	1 438 041,91	1 352 358,15	85 683,76
Entidades Públicas			
CRECHE	432 821,21	378 653,50	54 167,71
JARDIM INFANCIA	31 622,06	57 615,78	(25 993,72)
ATL	-	6 985,98	(6 985,98)
Refeitórios Cantina Social	12 186,38	15 123,75	(2 937,37)
CACI	235 800,96	213 875,52	21 925,44
LAR RESIDENCIAL	456 213,17	397 649,97	58 563,20
RESIDENCIA AUTONOMA	78 686,40	76 564,65	2 121,75
ERPI	743 830,16	570 899,47	172 930,69
CENTRO DIA	19 533,92	13 211,78	6 322,14
SAD -SERV. APOIO DOMICILIARIO	156 721,26	125 359,15	31 362,11
Camas -Acordo Coop. -ISS (viseu)	-	1 095,00	(1 095,00)
UCC- Média duração e reabilitação	59 067,25	62 944,00	(3 876,75)
UCC- Longa duração e manutenção	186 260,67	177 039,80	9 220,87
subtotal entidades públicas	2 412 743,44	2 097 018,35	315 725,09
Outras Entidades Públicas			
UCC -Media Duração	444 898,50	423 794,69	21 103,81
UCC - Longa Duração e Manutenção	248 578,76	237 322,62	11 256,14
subtotal outras entidades públicas	693 477,26	661 117,31	32 359,95
Outros serviços			
Quotizações e jóias	6 915,00	7 995,00	(1 080,00)
Serviços secundários	58 475,79	55 402,66	3 073,13
subtotal outros serviços	65 390,79	63 397,66	1 993,13
Volume de negócios	4 609 653,40	4 173 891,47	435 761,93

O aumento observado em "Vendas e Prestação de Serviços" deve-se, essencialmente, às atualizações das comparticipações financeiras recebidas pela Instituição, referentes aos acordos de cooperação realizados com o Instituto da Segurança Social.

As valências que registaram variações mais significativas, nas mensalidades, foram:

- Lar de Idosos apresenta um aumento face ao ano anterior no valor de 81.218,97 euros. O incremento observado diz respeito, principalmente, à entrada de novos utentes;
- Jardim de infância diminuiu comparativamente ao ano anterior no valor de 19.554,91 euros motivado pela diminuição do n.º médio de crianças;
- A.T.L., apresenta um decréscimo no valor de 16.628,74 euros, dado encerramento da valência;
- e,
- O Apoio Domiciliário, comparativamente ao ano anterior aumentou no valor de 13.538,90 euros, resultante da atualização das mensalidades e do n.º médio de utentes.



No que concerne às comparticipações, podemos constatar o seguinte:

- A creche aumentou no valor de 54.167,71 euros face ao período anterior resultante, essencialmente, do aumento das comparticipações.
- Jardim de Infância diminuiu face ao ano anterior no valor de 25.993,72 euros motivado pelo decréscimo do n.º médio de crianças de 19, em 2024, para 11 em 2025.
- A.T.L conforme mencionado, anteriormente, a valência encerrou, pelo que, não gerou rendimentos no ano;
- Lar Residencial aumentou comparativamente ao ano anterior no valor de 58.563,20 euros resultante do aumento do n.º médio de utentes e atualização das comparticipações da Segurança Social;
- ERPI subdivide-se em:
 - Lar de S.Pedro: tem a capacidade para receber 52 pessoas com graus variados de dependência com as mais diversas patologias clínicas, sendo o acesso reservado a maiores de 65 anos ou excepcionalmente menores dessa idade, mas portadores de doença que justifica a institucionalização. Tem sido habitual a plena lotação das vagas existentes. Os utentes dividem-se tendo em conta o seu género por, 42 mulheres e 10 de homens com uma média de idades de aproximadamente 85 anos. São na sua maioria pessoas dependentes em grau elevado.
 - Lar Padre Sebastião Vieira: é uma Estrutura Residencial para pessoas idosas desenvolvidas em alojamento coletivo que se destina a acolher de forma permanente ou temporária a pessoa idosa de ambos os sexos. A ERPI tem como missão ser uma "casa de família" dos seus utentes que necessitem de assistência e apoio nas atividades de vida diária. O Lar Padre Sebastião Vieira tem capacidade para acolher 36 idosos.
- A unidade de cuidados continuados subdivide-se em longa e média duração, tendo as comparticipações da ARS/ACSS ascendido a 693.477,26 euros (2024: 661.117,31 euros) e as comparticipações do Centro Distrital da Segurança Social ascendiam a 245.327,92 euros (2024: 239.983,80 euros).

A rubrica de "Subsídios à exploração" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024	Variações 2025/2024
FUNDO SOCORRO -IGFSS	250 000,00	-	250 000,00
RSI -Rend. Social Inserção -CMCD	85 958,00	85 958,00	-
IEFP	36 682,41	43 300,54	(6 618,13)
Doações e heranças (afetas a explorac.)	13 997,39	5 027,41	8 969,98
Município Castro Daire (CMCD)	3 070,00	3 035,00	35,00
Outros Subsídios ISS	1 465,65	-	1 465,65
Total	391 173,45	137 320,95	253 852,50

O aumento da rubrica no valor de 253.852,50 euros é resultante, essencialmente, do apoio atribuído à SCMCD, no montante de 250.000,00 euros, relativamente à candidatura Fundo Socorro Social para equilíbrio financeiro. A Instituição utilizou esse subsídio para solver os seus compromissos de longa data e também para pagar aos seus colaboradores.

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Alienações	70 504,32	22 823,28	47 681,04
Imputação de subsídios para investimentos	50 831,97	36 665,30	14 166,67
Correção de períodos anteriores	29 128,54	55 329,30	(26 200,76)
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	17 773,82	17 547,75	226,07
Outros rendimentos	10 456,00	16 367,76	(5 911,76)
Restituição de impostos	3 573,50	4 190,14	(616,64)
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 230,14	1 363,55	- 133,41
Rendimentos suplementares	1 138,22	1 322,87	(184,65)
Sinistros	-	427,91	(427,91)
Total	184 636,51	156 037,86	28 598,65

No presente ano, a Instituição alienou os seguintes imóveis:

- Artigo Urbano n.º 3978-N e 3978-O, ambos, sujeitos ao regime jurídico da propriedade horizontal, situados na Avenida da Misericórdia Lote Fricol, Bloco 3, Castro Daire. Os dois imóveis foram alienados pelo montante total de 80.000,00 euros, o qual tinham sido adquiridos por 99.759,58 euros, encontrando-se depreciados no valor de 69.831,70 euros, tendo gerado um ganho no valor de 50.072,12 euros; e,
- Alienação do urbano n.º 13573-AA da freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar constituído em regime de propriedade horizontal sito em Rio Tinto, foi alienado no valor de 28.000,00 euros. O imóvel tinha sido adquirido por 13.056,81 euros, o qual se encontrava depreciado no valor de 5.489,01 euros, tendo gerado um ganho no valor de 20.432,20 euros.

Adicionalmente, a SCMCD realizou a imputação dos subsídios ao investimento registados na conta 593 (por contrapartida da conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos) no montante de 50.831,97 euros, (2024: 36.665,30 euros).

3.2 Estrutura de Gastos

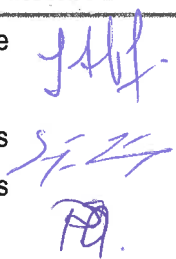
Composição dos gastos em 2025 e 2024, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em Euro			
	2025	2024	Δ Absoluta	Δ em % face a 2024
Gastos com pessoal	3 511 324,80	3 330 708,49	180 616,31	5,42%
Fornecimentos e serviços externos	709 328,92	658 290,36	51 038,56	7,75%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	576 631,52	584 325,40	(7 693,88)	(1,32%)
Gastos de depreciações e de amortizações	166 359,68	156 952,95	9 406,73	5,99%
Outros gastos	103 337,80	20 595,04	82 742,76	401,76%
Perdas de imparidade de dívidas a receber	61 995,01	0,00	61 995,01	100,00%
Juros e gastos similares suportados	26 023,25	32 426,98	(6 403,73)	(19,75%)
Total da estrutura de gastos	5 155 000,98	4 783 299,22	371 701,76	7,77%



A estrutura de gastos da Instituição, registou um incremento no valor de 371.701,76 euros, o que percentualmente representa uma variação de 7,77% comparativamente ao período homólogo.

Os gastos com o pessoal representam cerca de 68% (2024: 70%) na estrutura de gastos, seguidos dos fornecimentos e serviços externos (FSE) com 14% (2024: 14%) e o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com 11% (2024: 12%).



3.2.1 Gastos com pessoal

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2025	2024	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	3 511 324,80	3 330 708,49	180 616,31
N.º Médio de colaboradores	211	202	9
Gasto médio por colaborador	16 641,35	16 488,66	152,69

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 2025 foi de 211 e em 2024 foi de 202 (aumento do n.º médio de 9 colaboradores). Para além, da entrada de 9 novos colaboradores, o aumento dos gastos com o pessoal no montante de 180.616,31 euros, deve-se, essencialmente, às atualizações salariais e ao aumento do salário mínimo nacional.

3.2.2 Fornecimento e Serviço Externo

A rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" evidencia um aumento de gastos em várias rubricas, tendo o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Períodos		Variação	
	2025	2024	Absoluta	%
Combustíveis	149 783,52	154 999,57	(5 216,05)	-3,4%
Electricidade	114 932,46	93 405,33	21 527,13	23,0%
Trabalhos especializados	99 219,25	89 120,60	10 098,65	11,3%
Honorários	91 917,09	103 229,70	(11 312,61)	-11,0%
Conservação e reparação	70 802,47	61 134,98	9 667,49	15,8%
Outros serviços	61 707,09	59 721,69	1 985,40	3,3%
Materiais	29 164,03	13 166,39	15 997,64	121,5%
Seguros	22 155,13	21 444,75	710,38	3,3%
Água	17 748,20	19 406,86	(1 658,66)	-8,5%
Comunicação	14 850,45	13 994,26	856,19	6,1%
Subcontratos	11 362,71	14 810,00	(3 447,29)	-23,3%
Rendas e alugueres	8 138,18	6 589,36	1 548,82	23,5%
Vigilância e segurança	7 240,58	-	7 240,58	-
Deslocações, estadas e transportes	5 969,35	1 796,66	4 172,69	232,2%
Comissões	3 690,00	4 920,00	(1 230,00)	-25,0%
Contencioso e notariado	286,24	270,14	16,10	6,0%
Limpeza, higiene e conforto	269,11	162,60	106,51	65,5%
Outros Fluidos	93,06	117,47	(24,41)	-20,8%
Total	709 328,92	658 290,36	51 038,56	7,8%

De seguida apresentamos as principais variações da rubrica "Fornecimentos e Serviços externos" ao longo do ano de 2025:

- **Electricidade:** aumento no valor de 21.527,13 euros;

- **Trabalhos especializados:** comparativamente ao ano anterior, a rubrica aumentou no valor de 10.098,65 euros; e,
- **Comissões:** apresenta um aumento no valor de 1.230,00 euros face ao ano transato, resultante das comissões relativas à venda de imóveis.

3.2.3 Custo da Mercadoria Vendida e da Matéria Consumida

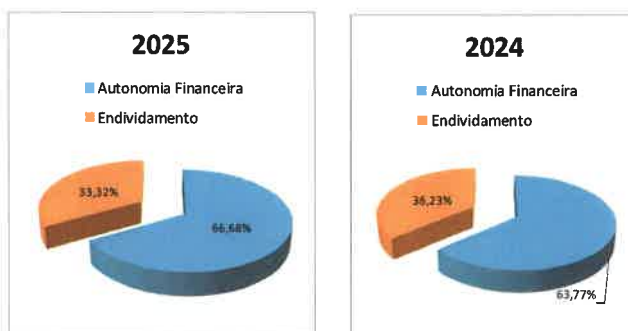
A Instituição, no que diz respeito a compras de bens alimentares, artigos de higiene e limpeza, a Entidade ocorreu em gastos no valor total de 579.050,05 euros (2024: 579.656,47 euros);

Ao nível do consumo, em 2025, registou um valor global de 576.631,52 euros (2024: 584.325,40 euros).

4 Autonomia Financeira e Endividamento

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Instituição apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2025	2024	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	66,68%	63,77%	2,92%
Endividamento	33,32%	36,23%	-2,92%



[Handwritten signatures and initials]

5 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Instituição através da análise dos seguintes itens de Balanço:

ATIVO	31-12-2025	Peso (%)	31-12-2024	Peso (%)	Variação 2024 - 2025
Ativo não corrente	3 753 420,94	80,83%	3 879 028,90	86,19%	(125 607,96)
Ativo corrente	890 131,90	19,17%	621 568,73	13,81%	268 563,17
Total Ativo	4 643 552,84	100,00%	4 500 597,63	100,00%	142 955,21

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	31-12-2025	Peso (%)	31-12-2024	Peso (%)	Variação 2024 - 2025
Fundos patrimoniais	3 096 552,14	66,68%	2 869 998,51	63,77%	226 553,63
Passivo não corrente	324 404,35	6,99%	424 074,06	9,42%	(99 669,71)
Passivo corrente	1 222 596,35	26,33%	1 206 525,06	26,81%	16 071,29
Total Capital Próprio e Passivo	4 643 552,84	100,00%	4 500 597,63	100,00%	142 955,21

As principais variações registadas ao nível do ativo, fundos patrimoniais e passivo devem-se os seguintes factos:

- Ativos não corrente – diminuiu no montante de 125.607,96 euros motivado, essencialmente, pela alienação dos seguintes imóveis: artigo urbano n.º 3978-N, artigo urbano 3978-O e urbano n.º 13573-AA, pelo montante global de 108.000,00 euros, o qual gerou um ganho no valor de 50.831,97 euros. Para além das alienações, a Instituição procedeu ao reconhecimento de depreciações do período no valor de 166.359,68 euros (2024: 156.952,95 euros).
- Ativo corrente – registou um acréscimo no valor de 268.563,17 euros, motivado, principalmente, pelo aumento da rubrica de outros ativos correntes, no valor de 263.066,92 euros.
- Fundos patrimoniais – comparativamente ao ano anterior, os fundos patrimoniais registaram uma variação positiva no valor de 226.553,63 euros face ao período homólogo.
- Passivo não corrente – registou uma diminuição no valor de 99.669,71 euros, motivado pelas amortizações dos empréstimos, cujo Entidade se encontra a cumprir com o plano financeiro.

6 RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL

Para uma melhor perceção e interpretação dos resultados de cada uma das valências da Instituição, apresentam-se de seguida, as demonstrações de resultados por valências com a respetiva imputação de rendimentos e gastos incorridos no ano de 2025 e 2024:

6.1 Lar Padre Sebastião Vieira

6.1.1 Caracterização da Resposta Social

A ERPI Lar Padre Sebastião Vieira é uma Estrutura Residencial para pessoas idosas desenvolvidas em alojamento coletivo que se destina a acolher de forma permanente ou temporária a pessoa idosa de ambos os sexos. A ERPI tem como missão ser uma “casa de família” dos seus utentes que necessitem de

assistência e apoio nas atividades de vida diária. O Lar Padre Sebastião Vieira tem capacidade para acolher 36 idosos.

6.1.2 Principais objetivos

- ✓ Ajudar o idoso a encarar o seu envelhecimento como um processo natural, de forma positiva e adequada, e a reconhecer a necessidade da manutenção das atividades físicas e mentais;
- ✓ Contribui para uma maior autonomia e comunicação, mesmo em situações de fragilidade e dependência;
- ✓ Cooperar efetivamente não só para o bem-estar, como para o aumento da qualidade de vida dos idosos;
- ✓ *Proporcionar atividades que visem manter o seu equilíbrio físico, emocional e social.*

Descrição	Lar de idosos I		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	677 962,46	570 039,10	107 923,36
Subsídios, doações e legados à exploração	30 897,64	10 351,18	20 546,46
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(107 272,28)	(103 257,05)	(4 015,23)
Fornecimentos e serviços externos	(107 509,36)	(102 360,24)	(5 149,12)
Gastos com pessoal	(511 857,22)	(484 784,66)	(27 072,56)
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(3 352,94)	-	(3 352,94)
Outros rendimentos	9 723,40	6 935,42	2 787,98
Outros gastos	(21 356,53)	(4 185,22)	(17 171,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(32 764,83)	(107 261,47)	74 496,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(8 051,45)	(1 811,98)	(6 239,47)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(40 816,28)	(109 073,45)	68 257,17
Juros e gastos similares suportados	-	(39,93)	39,93
Resultado líquido do período	(40 816,28)	(109 113,38)	68 297,10

A valência apresentou um resultado líquido do período, negativo, em ambos os anos.

6.2 Lar S.Pedro

6.2.1 Caracterização da Resposta Social

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas - Lar São Pedro - tem a capacidade para receber 52 pessoas com graus variados de dependência com as mais diversas patologias clínicas, sendo o acesso reservado a maiores de 65 anos ou excepcionalmente menores dessa idade, mas portadores de doença que justifica a institucionalização. Tem sido habitual a plena lotação das vagas existentes. Os utentes dividem-se tendo em conta o seu género por, 42 mulheres e 10 de homens com uma média de idades de aproximadamente 85 anos. São na sua maioria pessoas dependentes em grau elevado.

O edifício é constituído por rés-do-chão, 1º e 2º piso. No rés-do-chão localizam-se as salas de convívio, refeitórios (Utentes e Colaboradores) e casas de banho de apoio. Encontra-se também neste piso o



gabinete Médico, a lavandaria e cozinha, bem como os vestiários dos Colaboradores. No 1º e 2º piso encontram-se situados os quartos, uma capela e o gabinete da Diretora Técnica.



6.2.2 Principais objetivos

As atividades são planeadas tendo em conta as necessidades individuais e respeitando os diferentes níveis de autonomia e dependência do indivíduo. O principal objetivo é planificar um conjunto de atividades de animação proporcionando aos idosos uma melhor qualidade de vida, mais ativa, através da dinamização de momentos ocupacionais, lúdicos, criativos e comunicacionais, centrando-se sempre nos interesses, valores e saberes de cada um. É importante proporcionar a esta população um ambiente acolhedor e agradável, criando eventos e fornecendo entretenimento e lazer, para que se possam sentir úteis e possam usar as suas capacidades manuais e intelectuais, bem como proporcionar momentos em que o idoso terá oportunidade de criar e sonhar.

- ✓ Atividades de estimulação cognitiva ajudam na estimulação da memória, do raciocínio e no trabalho da atenção e da concentração.
- ✓ Atividades físicas permitem a redução do stress e da ansiedade e aumentam a capacidade de coordenação motora.
- ✓ Atividades motoras/psicomotoras estimulam aptidões existentes nos Utentes e no seu desenvolvimento pessoal, físico e psicológico.
- ✓ Atividades de trabalhos manuais permitem o trabalho de motricidade fina, estimulam a criatividade e a precisão manual.

Descrição	Lar de Idosos II		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	963 751,70	820 421,18	143 330,52
Subsídios, doações e legados à exploração	1 432,62	4 192,63	(2 760,01)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(135 785,41)	(144 219,02)	8 433,61
Fornecimentos e serviços externos	(113 038,98)	(104 817,09)	(8 221,89)
Gastos com pessoal	(640 436,68)	(589 551,43)	(50 885,25)
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(42 865,27)	-	(42 865,27)
Outros rendimentos	7 638,04	8 797,31	(1 159,27)
Outros gastos	(3 216,50)	-	(3 216,50)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	37 479,52	(5 176,42)	42 655,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(21 001,64)	(22 996,85)	1 995,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	16 477,88	(28 173,27)	44 651,15
Juros e gastos similares suportados	-	(54,79)	54,79
Resultado líquido do período	16 477,88	(28 228,06)	44 705,94

A valência apresentou um resultado líquido do período no valor de 16.477,88 euros, contrariamente do sucedido no ano transato cujo resultado líquido foi negativo em 28.228,06 euros.

6.3 Serviço de Apoio Domiciliário

6.3.1 Caracterização da Resposta Social

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) da Misericórdia está sediado na Avenida da Misericórdia, nº 38, 3600-202 Castro Daire, com acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital de Viseu, em 30/06/1997.

O SAD é uma Resposta Social, que consiste na prestação de cuidados e serviços individualizados e personalizados no domicílio das pessoas quando, por motivo de doença, deficiência, idade, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.

O SAD funciona em regime diurno entre as 8 horas e as 19:00 horas, feriados e fins-de-semana entre as 8h e as 13h. As equipas do SAD deslocam-se entre uma a três vezes por dia a casa dos utentes, conforme as necessidades. Este é um serviço diferenciado que procura complementar a intervenção dos serviços existentes de apoio ao Idoso.

A implementação dos serviços do SAD visa promover atitudes e medidas preventivas do isolamento, da exclusão e da dependência e contribuir para a solidariedade intergeracional, bem como para a criação de serviços de apoio social e de saúde.

Os serviços revestem-se de tal importância, que respondem não só às necessidades da população idosa, como também às pessoas em situação de dependência, independentemente do critério idade, nas quais se destacam as problemáticas como a deficiência, as doenças crónicas e as demências.

Através da implementação do SAD pretende-se evitar, em muito, a institucionalização em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, constituindo um meio de libertação das altas hospitalares, bem como facilitador das acessibilidades aos serviços de saúde e a um conjunto de serviços de apoio social.

6.3.2 Principais objetivos

O SAD, nas suas atividades, visa alcançar os seguintes objetivos:

- a) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos utentes e famílias;
- b) Prevenir a institucionalização desnecessária, decorrentes de situações de dependência;
- c) Acautelar crises e a deterioração grave da situação pessoal e familiar;
- d) Proporcionar apoio personalizado aos utentes e/ou suas famílias no seu domicílio, de forma a criar condições facilitadoras de desenvolvimento global, assegurando-lhe cuidados de ordem física e apoio social, estabilidade emocional e vivência social;
- e) Contribuir para a promoção de atividades de sensibilização à comunidade envolvente que tenham por objetivo facilitar a integração do utente dependente, objetivando contribuir para a melhoria da qualidade de vida;
- f) Facilitar o acesso a serviços da comunidade;
- g) Promover a autonomia dos utentes;

- h) Prestar apoio psicossocial aos utentes e familiares, de modo a contribuir para o seu equilíbrio, bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Descrição	Apoio Domiciliário		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	265 197,66	220 139,65	45 058,01
Subsídios, doações e legados à exploração	1 061,82	-	1 061,82
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(46 784,97)	(40 681,94)	(6 103,03)
Fornecimentos e serviços externos	(24 597,57)	(23 543,34)	(1 054,23)
Gastos com pessoal	(172 271,89)	(159 514,64)	(12 757,25)
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(371,48)	-	(371,48)
Outros rendimentos	12 554,00	-	12 554,00
Outros gastos	-	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	34 787,57	(3 600,27)	38 387,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(9 993,75)	(9 993,75)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	24 793,82	(13 594,02)	38 387,84
Juros e gastos similares suportados	-	(8,81)	8,81
Resultado líquido do período	24 793,82	(13 602,83)	38 396,65

No presente ano, a resposta social conseguiu atingir resultados positivos no valor de 24.793,82 euros.

6.4 Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI)

6.4.1 Caracterização da Resposta Social

A prestação dos cuidados aos utentes da UCCI é assegurada, ao longo de 24 horas, por uma equipa multidisciplinar constituída por diretora técnica, diretor clínico/médico, enfermeiros, fisioterapeutas, assistente social, psicóloga, terapeuta da fala, nutricionista, administrativa, encarregadas de serviços gerais e auxiliares de ação médica e serviços gerais.

A UCCI visa garantir cuidados integrados individualizados e humanizados de manutenção de aptidões e de apoio social.

A UCCI Nini Lacerda alberga 3 tipologias distribuídas da seguinte forma:

- Unidade de Longa Duração e Manutenção – 17 camas;
- Unidade de Média Duração e Reabilitação – 15 camas;
- Vagas Privadas – 7 camas.

6.4.2 Principais objetivos

Caracterizam-se como objetivos principais da UCCI:

- Prestação individualizada e humanizada de cuidados;
- Garantia de articulação e continuidade dos cuidados entre os diferentes serviços, setores e níveis de atuação;
- Equidade no acesso e mobilidade entre tipologias e equipas da RNCCI;
- Proximidade da prestação dos cuidados, através da potenciação de serviços integrados na comunidade;
- Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade na prestação dos cuidados;

- Avaliação integral das necessidades da pessoa em situação de dependência e definição periódica de objetivos de funcionalidade e autonomia;
- Promoção, recuperação contínua ou manutenção da funcionalidade e da autonomia;
- Participação do utente e seus familiares ou representante legal, na elaboração do plano individual de intervenção e corresponsabilização na prestação de cuidados;
- Eficiência e qualidade na prestação dos cuidados.

Descrição	UCC - Longa Duração			UCC - Média Duração		
	2025	2024	Variação	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	656 360,06	643 028,37	13 331,69	583 373,60	547 392,12	35 981,48
Subsídios, doações e legados à exploração	769,00	482,26	286,74	768,98	482,25	286,73
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(77 505,58)	(79 176,04)	1 670,46	(58 131,58)	(58 740,64)	609,06
Fornecimentos e serviços externos	(100 027,63)	(109 706,14)	9 678,51	(86 363,07)	(97 418,62)	11 055,55
Gastos com pessoal	(471 075,18)	(466 910,75)	(4 164,43)	(468 140,49)	(438 608,75)	(29 531,74)
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(7 785,06)	-	(7 785,06)	-	-	-
Outros rendimentos	3 399,01	14 050,48	(10 651,47)	2 797,48	7 812,69	(5 015,21)
Outros gastos	(6 306,06)	(671,88)	(5 634,18)	(10 243,44)	(671,85)	(9 571,59)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(2 171,44)	1 096,30	(3 267,74)	(35 938,52)	(39 752,80)	3 814,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(15 646,46)	(15 646,48)	0,02	(15 646,45)	(15 646,46)	0,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(17 817,90)	(14 550,18)	(3 267,72)	(51 584,97)	(55 399,26)	3 814,29
Juros e gastos similares suportados	-	(15,44)	15,44	-	(3,38)	3,38
Resultado líquido do período	(17 817,90)	(14 565,62)	(3 252,28)	(51 584,97)	(55 402,64)	3 817,67

No ano de 2025, a valência UCC – Longa Duração, apresentou um resultado líquido negativo de 17.817,90 euros (2024: 14.565,62 euros) e na UCC – Média Duração, negativo, 51.584,97 euros (2024: 55.402,64 euros). A UCC – Longa Duração inclui também os rendimentos das camas privadas.

6.5 Creche

6.5.1 Caracterização da Resposta Social

**“ A Creche é uma realidade que está para ficar.
O desafio está em torná-la uma realidade de qualidade”.**

(Gabriela Portugal, 1998)

A creche, preza por ser uma das primeiras experiências da criança num sistema panificado, fora do seu círculo familiar e, no qual, se pretende que venha a desenvolver determinadas capacidades e competências.

A infância é a etapa fundamental da vida das crianças, sendo os primeiros 36 meses particularmente importantes para o seu desenvolvimento físico, afetivo e intelectual. Desta forma, importa que este novo contexto de desenvolvimento se caracterize por um ambiente acolhedor e dinamizador de aprendizagens, onde a criança se possa desenvolver de forma global, adequada e harmoniosa.

A Creche, da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, inaugurada a 8 de dezembro de 2005, situa-se na Avenida da Misericórdia. É um equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças desde os 4 meses aos 3 anos de idade, com uma capacidade máxima de 68 crianças.

É uma Resposta Social que funciona todos os dias úteis, das 7h50 às 19h15, não encerrando para período de férias.



É composta pelas seguintes salas de atividades:

- 2 salas de Berçário, com 8 crianças por sala (dos 4 meses até à aquisição da marcha);
- 2 salas de 1 ano, com 10 crianças por sala (entre a aquisição da marcha e os 24 meses);
- 2 salas dos 2 anos, com 16 crianças por sala (entre os 24 meses e os 32 meses).



6.5.2 Principais objetivos

- Proporcionar situações pedagógicas, de forma a desenvolver o espírito crítico e criativo e simultaneamente as capacidades de descoberta, imaginação e aprendizagem;
- Compreender a forma como a criança aprende, promovendo um ambiente que facilite a brincadeira, a interação, a exploração, a criatividade e a resolução de problemas;
- Proporcionar momentos lúdicos no âmbito do Projeto Pedagógico e a troca de experiências;
- Estimular o interesse pelo ato de ouvir histórias, cantar e dançar;
- Promover a reflexão sobre os valores expressos nas histórias;
- Fomentar o reconhecimento em si e nos outros, de atitudes corretas/incorrectas, segundo critérios de justiça, responsabilidade e solidariedade;
- Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- Despertar a curiosidade e o desejo de saber/conhecer;
- Desenvolver a capacidade de aprender, exercitando a memória, a atenção e o pensamento;
- Melhorar as competências básicas da criança na linguagem, competências cognitivas, aptidões físicas e de socialização;
- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva;
- Estabelecer uma rotina diária consistente que reforce e valorize a continuidade, para que a criança desenvolva um sentimento de pertença a um ambiente que podem prever no seu quotidiano;
- Proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Estabelecer uma parceria forte com a família, de forma obter informações sobre a criança, com vista à planificação do trabalho, tendo em consideração o superior interesse da criança.

Descrição	Creche		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	405 570,33	384 615,84	20 954,49
Subsídios, doações e legados à exploração	-	357,67	(357,67)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(19 164,45)	(25 379,59)	6 215,14
Fornecimentos e serviços externos	(20 250,98)	(19 606,36)	(644,62)
Gastos com pessoal	(361 609,91)	(306 366,19)	(55 243,72)
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(125,00)	-	(125,00)
Outros rendimentos	4 064,01	4 148,16	(84,15)
Outros gastos	(2 705,50)	-	(2 705,50)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 778,50	37 769,53	(31 991,03)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(15 057,26)	(14 473,71)	(583,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(9 278,76)	23 295,82	(32 574,58)
Juros e gastos similares suportados	-	(2,59)	2,59
Resultado líquido do período	(9 278,76)	23 293,23	(32 571,99)

A creche no exercício económico de 2025, apresentou resultado líquido negativo de 9.278,76 euros, contrariamente do sucedido, em 2024, que apresentou resultado líquido, positivo, em 23.293,23 euros.

6.6 Jardim de Infância

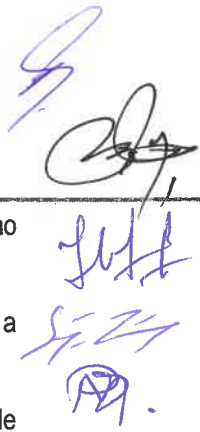
6.6.1 Caracterização da Resposta Social

O Jardim de Infância é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que se destina a proporcionar atividades variadas, a crianças dos 3 à idade de ingresso no ensino básico, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais, de forma a prestar a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida.

6.6.2 Principais objetivos

Constituem objetivos do jardim de infância:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meio de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;



- Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- Proceder à despistagem de inaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Incentivar a participação das crianças no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

Descrição	Jardim de Infância		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	97 699,36	109 458,11	(11 758,75)
Subsídios, doações e legados à exploração	-	11 998,09	(11 998,09)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(13 364,52)	(21 093,20)	7 728,68
Fornecimentos e serviços externos	(15 043,77)	(18 789,77)	3 746,00
Gastos com pessoal	(79 623,40)	(127 980,61)	48 357,21
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(952,36)	-	(952,36)
Outros rendimentos	15 669,84	27,00	15 642,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4 385,15	(46 380,38)	50 765,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	(1 497,10)	1 497,10
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 385,15	(47 877,48)	52 262,63
Juros e gastos similares suportados	-	(17,59)	17,59
Resultado líquido do período	4 385,15	(47 895,07)	52 280,22

6.7 Rendimento Social de Inserção

6.7.1 Caracterização da Resposta Social

A Equipa RSI funciona como uma resposta social da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire. O primeiro protocolo celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire e o Centro Distrital de Viseu teve início no ano de 2005, momento em que se iniciou o acompanhamento das famílias abrangidas pela medida do Rendimento Social de Inserção.

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de política social em Portugal que visa combater a pobreza e promover a inserção social, laboral e comunitária dos cidadãos e dos seus agregados familiares. Esta política é fundamentada nos princípios da igualdade, solidariedade e justiça social, com o objetivo de prevenir situações de risco social.

6.7.2 Principais objetivos

- Promover a inserção/ inclusão social, com a criação de condições de autonomia;
- Desenvolver competências nos agregados familiares com vista a sua integração profissional, incentivando o acesso ou regresso ao mercado de trabalho e/ ou à melhoria das qualificações profissionais;
- Valorizar a descoberta e desenvolvimento de capacidades individuais e sociais, promotoras de autoestima e autonomia;

- Diminuir o absentismo/abandono escolar, através de uma intervenção integrada com os diversos subsistemas das famílias;
- Sensibilizar para a importância dos cuidados de saúde primários e a adoção de estilos de vida saudáveis;
- Dinamização de Projetos de Intervenção Comunitários que têm, na sua base, a análise das características da população acompanhada, tanto as suas necessidades, como as suas potencialidades, utilizando recursos existentes no meio local.

Descrição	RS!		
	2025	2024	Variação
Subsídios, doações e legados à exploração	86 458,00	85 958,00	500,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(1 006,17)	(988,85)	(17,32)
Fornecimentos e serviços externos	(8 566,15)	(4 338,20)	(4 227,95)
Gastos com pessoal	(91 949,42)	(87 679,81)	(4 269,61)
Outros gastos	(12,31)	(440,76)	428,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(15 076,05)	(7 489,62)	(7 586,43)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(120,31)	(120,31)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(15 196,36)	(7 609,93)	(7 586,43)
Resultado líquido do período	(15 196,36)	(7 609,93)	(7 586,43)

6.8 Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

6.8.1 Caracterização da Resposta Social

O Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) é um equipamento destinado a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 18 anos, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à Comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a Inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

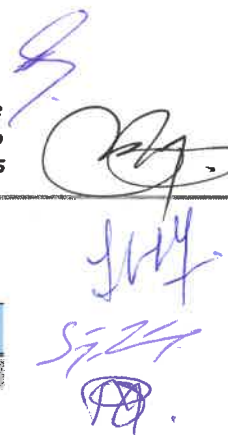
6.8.2 Áreas de Intervenção e Serviços

O CACI prossegue os seus objetivos nas seguintes áreas de intervenção:

- Desenvolvimento de competências relacionais, pessoais e sociais;
- Promoção do bem-estar, da qualidade de vida, da ocupação e da interação com o meio;
- Capacitação para a inclusão social e profissional;

Presta os seguintes serviços:

- Alimentação e cuidados pessoais;
- Apoio Terapêutico;
- Promoção e desenvolvimento do bem-estar físico, emocional, psíquico e social;



- d) Transporte;
e) Apoio na capacitação dos cuidadores informais.

Descrição	CAO		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	272 822,10	247 857,86	24 964,24
Subsídios, doações e legados à exploração	67,35	10 729,79	(10 662,44)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(20 125,31)	(19 604,99)	(520,32)
Fornecimentos e serviços externos	(21 302,05)	(17 591,68)	(3 710,37)
Gastos com pessoal	(181 654,83)	(173 244,11)	(8 410,72)
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(93,83)	-	(93,83)
Outros rendimentos	52,50	42,00	10,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	49 765,93	48 188,87	1 577,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(505,42)	-	(505,42)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	49 260,51	48 188,87	1 071,64
Juros e gastos similares suportados	-	(5,23)	5,23
Resultado líquido do período	49 260,51	48 183,64	1 076,87

Na valência CAO os resultados mantiveram-se praticamente inalteráveis, tendo apresentado em ambos os anos, 2025 e 2024, resultados positivos no valor de 49.260,51 e 48.183,64 euros, respetivamente.

6.9 Lar São João de Deus (Lar Residencial e Residência de Autonomização e Inclusão)

6.9.1 Caracterização da Resposta Social

O **Lar Residencial** fomenta o apoio social e residencial para as famílias de jovens e adultos portadores de deficiência, que se encontrem impossibilitados de lhes prestar os cuidados básicos necessários para uma vida digna. O edificado tem capacidade para alojar 24 residentes, prevendo-se, o alargamento da capacidade para 30, na sequência do Projeto Pares 3.0.

A **Residência de Autonomização e Inclusão** tem como objetivo geral apoiar Utentes que mediante um apoio mínimo, possuem capacidades de viver autonomamente. Esta Resposta Social prioriza situações de enquadramento familiares disfuncionais, situações de carência social e/ou económica, envelhecimento dos cuidadores e de outros familiares diretos, abandono por parte dos familiares/cuidadores ou ausência dos mesmos, situações sócias habitacionais precárias, promovendo sempre e incondicionalmente a solidariedade e proporcionando aos Utentes um apoio de qualidade, a que todos têm direito. Tem capacidade para alojar 5 Utentes.

6.9.2 Principais objetivos

O Lar Residencial e a Residência de Autonomização e Inclusão asseguram a prestação aos Utentes dos seguintes serviços: alojamento, alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupa, transporte, administração terapêutica.

Principais objetivos:

- ✓ Proporcionar atividades que visem manter o seu equilíbrio físico, emocional e social;

- ✓ Promover um ambiente mais próximo possível do modelo familiar normal;
- ✓ Promover a integração social de forma a minimizar os efeitos institucionalização;
- ✓ No que diz respeito às atividades dinamizadas no Lar São João de Deus, são trabalhadas com os Utentes as suas capacidades pessoais para potencialização da autonomia em relação às atividades da vida diária, às atividades socialmente úteis, atividades ocupacionais, às atividades de desenvolvimento pessoal e social e às atividades lúdico – terapêuticas, bem como às atividades de lazer socio recreativas e de inclusão social.

Descrição	Lar Residencial			Residência Autónoma		
	2025	2024	Variação	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	531 891,56	452 846,22	79 045,34	86 522,80	84 449,02	2 073,78
Subsídios, doações e legados à exploração	1 093,61	7 166,26	(6 072,65)	-	355,10	(355,10)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(52 342,35)	(54 776,97)	2 434,62	(8 292,57)	(9 251,20)	958,63
Fornecimentos e serviços externos	(76 592,64)	(63 205,73)	(13 386,91)	(7 802,55)	(6 723,23)	(1 079,32)
Gastos com pessoal	(369 067,10)	(320 354,52)	(48 712,58)	(40 867,73)	(49 726,04)	8 858,31
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(122,15)	-	(122,15)	-	-	-
Outros rendimentos	14 897,58	16 655,86	(1 758,28)	1 431,06	1 431,06	-
Outros gastos	(974,27)	(2 733,12)	1 758,85	(42,81)	(17,14)	(25,67)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	48 784,24	35 598,00	13 186,24	30 948,20	20 517,57	10 430,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(38 516,35)	(38 387,93)	(128,42)	(7 460,30)	(7 405,02)	(55,28)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	10 267,89	(2 789,93)	13 057,82	23 487,90	13 112,55	10 375,35
Juros e gastos similares suportados	-	(6,27)	6,27	-	(1,19)	1,19
Resultado líquido do período	10 267,89	(2 796,20)	13 064,09	23 487,90	13 111,36	10 376,54

Do quadro acima, podemos retirar as seguintes conclusões:

- a) A valência “Lar Residencial” apresentou em 2025 o resultado líquido de 10.267,89 euros (2024: - 2.796,20 euros), registando uma variação, positiva, no valor de 13.064,09 euros; e,
- b) A valência “Residência Autónoma” apresentou o resultado líquido de 23.487,90 euros (2024: 13.111,36 euros).

6.10 Centro de Dia

6.10.1 Caraterização da Resposta Social

O Centro de Dia é um serviço de apoio à comunidade, que permite responder às necessidades de um espaço de convívio em que se promovam e desenvolvam atividades recreativas e de lazer, e simultaneamente possa oferecer apoio ao nível de outras necessidades.

Possibilitar aos seus clientes o recurso a apoio psicossocial, bem como de outros que a Instituição possua e cuja utilização se estenda a esta resposta social.



Descrição	Centro de Dia		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	48 298,69	44 132,20	4 166,49
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(7 298,02)	(8 554,64)	1 256,62
Fornecimentos e serviços externos	(3 659,48)	(2 321,66)	(1 337,82)
Gastos com pessoal	(62 406,32)	(58 066,20)	(4 340,12)
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(938,00)	-	(938,00)
Outros rendimentos	83,34	-	83,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(25 919,79)	(24 810,30)	(1 109,49)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(6 239,47)	-	(6 239,47)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(32 159,26)	(24 810,30)	(7 348,96)
Juros e gastos similares suportados	-	(5,54)	5,54
Resultado líquido do período	(32 159,26)	(24 810,30)	(7 348,96)

Handwritten notes and signatures next to the table.

6.11 Atividades de Tempos Livres

Descrição	Atividades de Tempos Livres		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	-	23 614,72	(23 614,72)
Subsídios, doações e legados à exploração	-	357,66	(357,66)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(7 016,03)	7 016,03
Fornecimentos e serviços externos	-	(6 168,09)	6 168,09
Gastos com pessoal	-	(54 079,95)	54 079,95
Outros rendimentos	-	50,00	(50,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-	(43 241,69)	43 241,69
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	(43 241,69)	43 241,69
Juros e gastos similares suportados	-	(6,39)	6,39
Resultado líquido do período	-	(43 248,08)	43 248,08

A presente valência, encerrou no presente ano.

6.12 Cantina Social

6.12.1. Caracterização da Resposta Social

No âmbito do Programa de Emergência Social (PES) e do Protocolo de Cooperação de 2011-2012 entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas, foram identificadas um conjunto de medidas a adotar de modo a minimizar o impacto da atual crise económico financeira global das pessoas e famílias mais carenciadas.

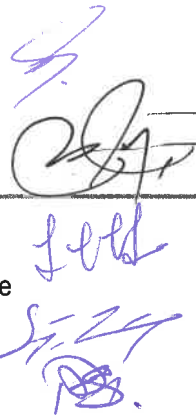
Descrição	Cantina Social		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	12 629,38	15 931,75	(3 302,37)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(1 910,72)	(2 691,24)	780,52
Fornecimentos e serviços externos	(12 075,94)	(15 795,70)	3 719,76
Gastos com pessoal	(4 069,26)	(2 965,45)	(1 103,81)
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(63,00)	-	(63,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(5 489,54)	(5 520,64)	31,10
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(5 489,54)	(5 520,64)	31,10
Resultado líquido do período	(5 489,54)	(5 520,64)	31,10

6.13 Banco de Ajudas Técnicas

Descrição	Banco de Ajudas Técnicas		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	240,00	240,00	-
Gastos com pessoal	(201,50)	(159,78)	(41,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	38,50	80,22	(41,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	38,50	80,22	(41,72)
Resultado líquido do período	38,50	80,22	(41,72)

6.14 Outras Atividades Sociais

Descrição	Outras Atividades Sociais		
	2025	2024	Variação
Vendas e serviços prestados	7 333,70	9 725,33	(2 391,63)
Subsídios, doações e legados à exploração	268 624,43	4 890,06	263 734,37
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(27 647,59)	(8 894,00)	(18 753,59)
Fornecimentos e serviços externos	(112 498,75)	(65 904,51)	(46 594,24)
Gastos com pessoal	(56 093,87)	(10 715,60)	(45 378,27)
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	(5 325,92)	-	(5 325,92)
Aumentos/reduções justo valor	658,85	-	658,85
Outros rendimentos	112 326,25	96 087,88	16 238,37
Outros gastos	(58 480,38)	(11 875,07)	(46 605,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	128 896,72	13 314,09	115 582,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(28 120,82)	(28 973,36)	852,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	100 775,90	(15 659,27)	116 435,17
Juros e rendimentos similares obtidos	1 264,37	3,98	1 260,39
Juros e gastos similares suportados	(26 023,25)	(32 259,83)	6 236,58
Resultado líquido do período	76 017,02	(47 915,12)	123 932,14



7 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Apresenta-se na tabela seguinte os desvios registados entre o orçamento proposto para o ano de 2025 e os montantes efetivamente incorridos no ano de 2025:

Rubricas	Em Euro			
	Executado 2025	Orçamentado 2025	Variação	Variação (%)
Gastos com o pessoal	3 511 324,80	3 197 000,00	314 324,80	9,83%
Fornecimentos e serviços externos	709 328,92	686 600,00	22 728,92	3,31%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	576 631,52	570 000,00	6 631,52	1,16%
Gastos de depreciação e de amortização	166 359,68	175 000,00	(8 640,32)	-4,94%
Juros e gastos similares suportados	26 023,25	10 000,00	16 023,25	160,23%
Outros gastos	103 337,80	20 000,00	83 337,80	416,69%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	61 995,01	0,00	61 995,01	-
Total dos Gastos	5 155 000,98	4 658 600,00	496 400,98	10,66%

Rubricas	Em Euro			
	Executado 2025	Orçamentado 2025	Variação	Variação (%)
Vendas e prestação de serviços	4 609 653,40	1 365 500,00	3 244 153,40	237,58%
Subsídios, doações e legados à exploração	391 173,45	3 013 500,00	(2 622 326,55)	-87,02%
Outros rendimentos	184 636,51	135 750,00	48 886,51	36,01%
Aumentos/reduções de justo valor	658,85	0,00	658,85	-
Juros e rendimentos similares obtidos	1 264,37	100,00	1 164,37	1164,37%
Total dos Rendimentos	5 187 386,58	4 514 850,00	672 536,58	14,90%

Resultado líquido do período	32 385,60	-143 750,00	176 135,60	-122,53%
-------------------------------------	------------------	--------------------	-------------------	-----------------

O montante global orçamentado para os gastos de 2025 apresentou um desvio comparativamente aos gastos efetivamente incorridos, tendo a Instituição incorrido em mais 496.400,98 euros do que tinha inicialmente previsto (desvio de cerca de 10,66%).

Tal como nos gastos, o montante global orçado para os rendimentos de 2025 apresentou um desvio comparativamente aos rendimentos registados, sendo esse desvio no montante de 672.536,58 euros (o que percentualmente se traduz num desvio de 14,90%).

O resultado apurado no orçamento para 2025 cifrou-se em 143.750,00 euros (negativo), tendo sido o resultado real no montante de 32.385,60 (positivo) euros.

8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Entidade no ano findo em 31 de dezembro de 2025, alcançou o resultado líquido de 32.385,60 euros. Propõe-se a sua aplicação seja afeto à rubrica "Resultados transitados".

9 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA INSTITUIÇÃO

A Entidade pretende continuar a melhorar a qualidade de vida dos seus utentes, procurando ser um estímulo permanente na vida mental, física e emocional de cada um, por forma a que estes se possam sentir sempre ativos no seu dia a dia.

A Mesa Administrativa da Instituição não pode dissociar-se dos problemas da instabilidade geopolítica a nível mundial. A escalada do **conflito no Médio Oriente** introduziu novos fatores de incerteza, com impactos diretos na volatilidade dos mercados de combustíveis e na disrupção das cadeias de abastecimento globais. Embora a Instituição tenha demonstrado resiliência, os impactos reais a médio e

longo prazo destas tensões geopolíticas combinadas são ainda, neste momento, difíceis de quantificar, prevendo-se que continuem a pressionar os custos operacionais e a condicionar o quadro macroeconómico no próximo exercício.

Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica, financeira, entre outros.

10 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Instituição não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

A Instituição seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

10.1 RISCO DE CRÉDITO

10.1.1 Créditos sobre Clientes

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Instituição:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

10.2 RISCOS DE MERCADO

10.2.1 Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Instituição encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a Instituição não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

10.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Instituição possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades, implementar a sua



estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

11 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

11.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, no dia 24 de março de 2026. No entanto, os irmãos poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações

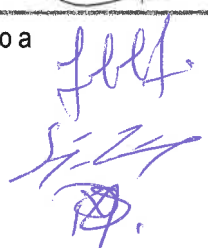
11.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica, financeira, entre outros.

12 OUTRAS INFORMAÇÕES / CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES

- a) A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, apresenta uma dívida ao Estado no montante de 4.149,43 euros referente ao apuramento do IVA do mês de dezembro de 2023, o qual se encontra a amortizar em prestações mensais.
- b) A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social em situação de mora.
- c) As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Instituição em continuidade. A Mesa Administrativa, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Instituição, entende que a Instituição tem capacidade de prosseguir em continuidade.
- d) Todas as transações que envolvem a Instituição, e no que lhe é aplicável, respeitam as obrigações impostas pela Lei 25/2008 de 5 de junho (assim como, as obrigações impostas pelas atualizações posteriores a este diploma), o qual estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.



13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Instituição.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados por Valências, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Castro Daire, 24 de março de 2026

A Mesa Administrativa



Dra. Débora Maria da Silva Soares




Sr. Manuel de Paiva Loureiro



Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira



Prof. Dra. Paula Marques dos Santos



Sr. José Alfredo Portelo Monteiro



*Santa Casa da
Misericórdia
Castro Daire*

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**Demonstrações Financeiras do
Ano findo 31 de dezembro de 2025**



Índice

Balanço em 31 de dezembro de 2025	4
Demonstração dos resultados por naturezas – ano findo em 31 de dezembro de 2025	5
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.....	6
Demonstração de fluxos de caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire	8
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	8
2.1 Indicação do referencial contabilístico:.....	8
2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.....	9
2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
3.1 Bases de apresentação	9
3.1.1 Continuidade	9
3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)	10
3.1.3 Consistência da apresentação.....	10
3.1.4 Materialidade e agregação	10
3.1.5 Compensação	10
3.1.6 Informação comparativa	10
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
3.2.1 Ativos fixos tangíveis	11
3.2.2 Bens do património histórico e cultural	11
3.2.3 Propriedades de Investimento.....	12
3.2.4 Ativos intangíveis	13
3.2.5 Investimentos Financeiros	13
3.2.6 Inventários	13
3.2.7 Créditos a receber	14
3.2.8 Imposto sobre o rendimento	14
3.2.9 Fundadores, Beneméritos, Doadores e Associados	15
3.2.10 Caixa e depósitos bancários	15
3.2.11 Fundos patrimoniais	15
3.2.12. Ajustamentos / Outras variações no capital próprio.....	16
3.2.13. Fornecedores e outros passivos correntes	16
3.2.14. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	16
3.2.15. Rédito.....	16

3.2.16. Subsídios, doações e legados à exploração.....	17
3.2.17. Gastos com pessoal / benefícios dos empregados	17
3.2.18. Provisões, ativos e passivos contingentes	17
3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	18
4. Ativos fixos tangíveis	19
4.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	20
4.3 Bens do património histórico e cultural	20
5. Ativos intangíveis	20
6. Investimentos Financeiros	21
7. Inventários	22
8. Créditos a receber	23
9. Estado e outros entes públicos	23
10. Fundadores	24
11. Outros ativos correntes.....	24
12. Diferimentos.....	25
13. Caixa e depósitos bancários	26
14. Fundos Patrimoniais	26
14.2 Resultados Transitados.....	26
14.2 Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	27
15. Financiamentos Obtidos	27
16. Fornecedores	28
17. Outros passivos correntes	28
18. Vendas e Serviços Prestados.....	29
19. Subsídios, doações e legados à exploração.....	31
20. Fornecimento e Serviços Externos	32
21. Gastos com o pessoal.....	32
22. Outros rendimentos	33
23. Outros gastos	33
24. Juros e gastos similares suportados	34
25. Acontecimentos após a data do balanço.....	34
25.1 Autorização para emissão.....	34
25.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço	34
26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	35
27. Termo de Responsabilidade	35




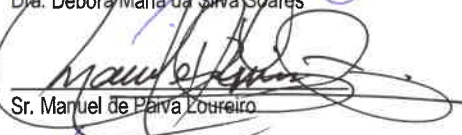
Balanço em 31 de dezembro de 2025

RUBRICAS	Notas	Valores em Euros	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3 741 696,52	3 832 477,37
Bens do património histórico e cultural	4	11 724,42	11 724,42
Ativos intangíveis	5	-	-
Outros investimentos financeiros	6	-	34 827,11
		3 753 420,94	3 879 028,90
Ativo corrente			
Inventários	7	26 743,33	24 324,80
Créditos a receber	8	84 078,05	186 516,62
Estado e outros entes públicos	9	7 928,52	4 897,98
Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores/Doadores/Associados	10	14 751,00	12 511,00
Outros ativos correntes	11	502 298,45	239 231,53
Diferimentos	12	3 257,47	6 815,72
Caixa e depósitos bancários	13	251 075,08	147 271,08
		890 131,90	621 568,73
Total do ativo		4 643 552,84	4 500 597,63
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	14	141 340,44	141 340,44
Resultados transitados	14.1	608 916,62	924 961,58
Ajustamentos / Outras variações no fundos patrimoniais	14.2	2 313 909,48	2 119 741,45
Resultado líquido do período	DR	32 385,60	(316 044,96)
Total dos fundos patrimoniais		3 096 552,14	2 869 998,51
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	324 404,35	424 074,06
		324 404,35	424 074,06
Passivo corrente			
Fornecedores	16	306 022,69	301 709,47
Estado e outros entes públicos	9	96 000,40	75 867,16
Financiamentos obtidos	15	106 005,60	114 814,82
Outros passivos correntes	17	663 029,93	672 459,05
Diferimentos	12	51 537,73	41 674,56
		1 222 596,35	1 206 525,06
Total do passivo		1 547 000,70	1 630 599,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 643 552,84	4 500 597,63


Castro Daire, 24 de março de 2026


Mesa Administrativa


Dra. Débora Maria da Silva Soares


Sr. Manuel de Parva Loureiro


Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira


Prof. Dra. Paula Marques dos Santos


Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado


Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)



Demonstração dos resultados por naturezas – ano findo em 31 de dezembro de 2025

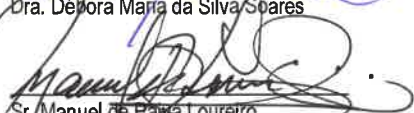


Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Ano	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	18	4 609 653,40	4 173 891,47
Subsídios, doações e legados à exploração	19	391 173,45	137 320,95
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	(576 631,52)	(584 325,40)
Fornecimentos e serviços externos	20	(709 328,92)	(658 290,36)
Gastos com pessoal	21	(3 511 324,80)	(3 330 708,49)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(61 995,01)	-
Aumentos/reduções de justo valor	6	658,85	-
Outros rendimentos	22	184 636,51	156 037,86
Outros gastos	23	(103 337,80)	(20 595,04)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		223 504,16	(126 669,01)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(166 359,68)	(156 952,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		57 144,48	(283 621,96)
Juros e rendimentos similares obtidos		1 264,37	3,98
Juros e gastos similares suportados	24	(26 023,25)	(32 426,98)
Resultado antes de impostos		32 385,60	(316 044,96)
Resultado líquido do período		32 385,60	(316 044,96)

Castro Daire, 24 de março de 2026

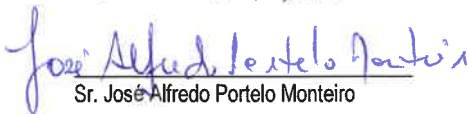
Mesa Administrativa


Dra. Dêlora Maria da Silva Soares



Sr. Manuel de Pava Loureiro


Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira


Prof. Dra. Paula Marques dos Santos


Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado


Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no ano 2025

Valores em Euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais - 2025				Total
		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	4	141 340,44	924 961,58	2 119 741,45	(316 044,96)	2 869 998,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação de Resultados			(316 044,96)		316 044,96	
Reconhecimento de subsídios ao investimento				245 000,00		245 000,00
Imputação Subsídio Investimento				(50 831,97)		(50 831,97)
	5		(316 044,96)	194 168,03	316 044,96	194 168,03
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	6				32 385,60	32 385,60
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	4 + 5 + 6	141 340,44	608 916,62	2 313 909,48	32 385,60	3 096 552,14

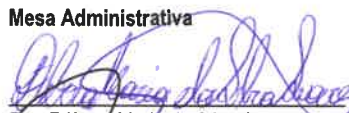
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no ano 2024

Valores em Euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais - 2024				Total
		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	4	141 340,44	1 365 273,17	2 071 012,94	(440 311,59)	3 137 314,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação de Resultados			(440 311,59)		440 311,59	(440 311,59)
Reconhecimento de subsídios ao investimento				85 293,00		85 293,00
Imputação Subsídio Investimento				(36 665,30)		(36 665,30)
Ajustamento				100,81		100,81
	5		(440 311,59)	48 728,51	440 311,59	(391 583,08)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	6				(316 044,96)	(316 044,96)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	4 + 5 + 6	141 340,44	924 961,58	2 119 741,45	(316 044,96)	2 869 998,51


Castro Daire, 24 de março de 2026

Mesa Administrativa


Dra. Débora Maria da Silva Soares



Sr. Manuel de Paiva Loureiro


Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira


Prof. Dra. Paula Marques dos Santos


Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado


Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)

Demonstração de fluxos de caixa

RUBRICAS	Valores em Euros	
	Ano	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1 536 938,08	1 368 170,45
Pagamentos a fornecedores	(1 210 845,17)	(1 098 822,44)
Pagamentos ao pessoal	(2 467 429,31)	(2 076 037,48)
Caixa gerada pelas operações	(2 141 336,40)	(1 806 689,47)
Outros recebimentos/pagamentos	2 191 333,91	1 724 019,84
Fluxos de caixa das atividades operacionais: (1)	49 997,51	(82 669,63)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(57 339,16)	(119 555,75)
	(57 339,16)	(119 555,75)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	108 000,00	50 000,00
Investimentos financeiros	35 485,96	-
Subsídios ao investimento	99 500,00	-
Juros e rendimentos similares	1 264,37	3,98
	244 250,33	50 003,98
Fluxos de caixa das atividades de investimento: (2)	186 911,17	(69 551,77)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	50 000,00
Doações	1 397,50	-
	1 397,50	50 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(108 478,93)	(55 555,56)
Juros e gastos similares	(26 023,25)	(28 331,39)
	(134 502,18)	(83 886,95)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento: (3)	(133 104,68)	(33 886,95)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	103 804,00	(186 108,35)
Caixa e seus equivalentes no início do período	147 271,08	333 379,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	251 075,08	147 271,08

Castro Daire, 24 de março de 2026


Mesa Administrativa


Dra. Débora Maria da Silva Soares

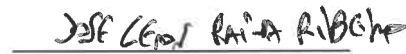

Sr. Manuel de Paiva Loureiro


Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira


Prof. Dra. Paula Marques dos Santos


Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado


Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)



Anexo

1. Identificação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire

A Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire também designada Irmandade da Misericórdia de Castro Daire com o NIF 501 227 172, foi fundada em 1659 e tem a sua sede na Avenida da Misericórdia, 3600-202 Castro Daire, no concelho de Castro Daire e distrito de Viseu.

A Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire exerce a sua ação através das seguintes valências:

- Outras Atividades Sociais;
- Lar de Idosos I;
- Lar de Idosos II;
- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Creche;
- Jardim de Infância;
- Residência de Autonomização e Inclusão;
- Lar Residencial;
- UCC Longa Duração;
- UCC Média Duração;
- Centro de Atividades e Capacitação para Inclusão (CAO) e (CACI);
- Cantina Social; e,
- Banco de Ajudas Técnicas.

O “financiamento” dos gastos inerentes às valências disponibilizadas têm origem nos subsídios, doações e legados à exploração, atribuídos por instituições públicas e particulares e ainda pelas receitas dos utentes das diferentes valências, quando aplicável.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico:

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) constante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, sendo a moeda de apresentação o Euro, com arredondamento ao cêntimo.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e,
- c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos anos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e atendendo aos seguintes princípios:

3.1.1 Continuidade

Dado que se mantêm as necessidades e os objetivos para que foi criada a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas atividades. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”, respetivamente.

3.1.3 Consistência da apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os associados.

3.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

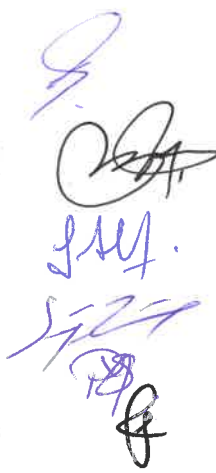
3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao ano anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A Instituição utiliza as taxas máximas de depreciação e efetua o seu registo por duodécimos atendendo ao mês em que os bens ficam disponíveis para uso.

As taxas utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:


Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 10 anos

A Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.



O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo e de acordo com a vida útil estimada, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta. De acordo com o ponto 7.5 da NCRF-ESNL, as propriedades de investimento são reconhecidas como Ativos Fixos Tangíveis (ver nota 3.2.1).

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 6 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos intangíveis	Vida útil em anos	Taxa de amortização
Programas de computador	3 anos	33,33%

Não é permitido neste referencial contabilístico a revalorização dos ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.5 Investimentos Financeiros

Estão registados ao custo de aquisição, não existindo entidades subsidiárias ou associadas.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados



necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os Inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Créditos a receber

Os "Clientes/Utentes" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu valor nominal estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.8 Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas; e,*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins*

que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo; e,
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9 Fundadores, Beneméritos, Doadores e Associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores e Associados e que se encontram com saldo no final do ano sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.10 Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui meios líquidos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.11 Fundos patrimoniais

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes; e,
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.12. Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida em que forem contabilizadas as depreciações / amortizações do investimento a que respeitem.

3.2.13. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.14. Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial (Em substância superior a 1, 2... Anos), caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

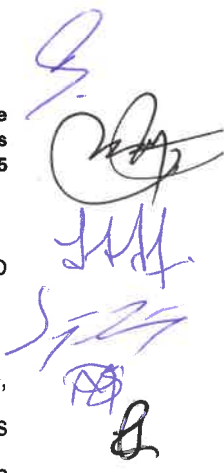
Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras; e,
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

3.2.15. Rédito

É registado ao justo valor da venda e da prestação de serviços, deduzido de quaisquer impostos e descontos concedidos.

As prestações de serviços refletem, nomeadamente, as transações efetuadas com os utentes das diversas valências. Estas prestações são reconhecidas atendendo ao princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data do seu recebimento e encontram-se registadas pelo seu valor nominal. O rédito proveniente dos juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo.



3.2.16. Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação, desenvolvimento e construção de ativos fixos tangíveis, estão registados em balanço na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.17. Gastos com pessoal / benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos colaboradores da Instituição podem incluir remunerações, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, diuturnidades, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Mesa Administrativa.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao ano, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 1 de janeiro do ano seguinte, sendo somente pago durante esse ano, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Adicionalmente, os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, sempre que existam, são reconhecidos como gastos no ano em que ocorrerem.

3.2.18. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados a menos que seja remota a possibilidade de um ex-fluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF – ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 incluem:

- ✓ Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- ✓ Análise às perdas por imparidade dos utentes; e,
- ✓ Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em anos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4. Ativos fixos tangíveis

A rubrica de "Ativos fixos tangíveis" para os anos de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

2025								
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01-01-2025	119 466,56	5 534 204,89	1 126 454,01	255 618,73	304 167,04	223 510,16	9 225,00	7 572 646,39
Adições	-	19 420,07	4 422,54	49 915,75	14 607,44	-	24 708,71	113 074,51
Alienações	-	(99 759,58)	-	-	-	(13 056,81)	-	(112 816,39)
Saldo em 31-12-2025	119 466,56	5 453 865,38	1 130 876,55	305 534,48	318 774,48	210 453,35	33 933,71	7 572 904,51
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01-01-2025	-	2 073 069,10	1 048 583,63	225 637,48	260 415,98	132 462,83	-	3 740 169,02
Adições	-	123 646,31	12 378,54	22 472,69	4 290,75	3 571,39	-	166 359,68
Alienações	-	(69 817,76)	-	-	-	(5 502,95)	-	(75 320,71)
Saldo em 31-12-2025	-	2 126 897,65	1 060 962,17	248 110,17	264 706,73	130 531,27	-	3 831 207,99
Quantia escriturada	119 466,56	3 326 967,73	69 914,38	57 424,31	54 067,75	79 922,08	33 933,71	3 741 696,52
2024								
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01-01-2024	119 466,56	5 441 389,51	1 079 133,75	215 643,73	304 167,04	272 422,66	67 210,12	7 499 433,37
Adições	-	15 645,60	47 320,26	39 975,00	-	-	19 184,66	122 125,52
Alienações	-	-	-	-	-	(48 913,10)	-	(48 913,10)
Transferências / Reg.	-	77 169,78	-	-	-	0,60	(77 169,78)	0,60
Saldo em 31-12-2024	119 466,56	5 534 204,89	1 126 454,01	255 618,73	304 167,04	223 510,16	9 225,00	7 572 646,39
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01-01-2024	-	1 947 529,37	1 036 099,42	215 643,73	255 327,19	150 351,54	-	3 604 951,25
Adições	-	125 539,73	12 484,21	9 993,75	5 088,79	3 846,47	-	156 952,95
Alienações	-	-	-	-	-	(21 735,18)	-	(21 735,18)
Saldo em 31-12-2024	-	2 073 069,10	1 048 583,63	225 637,48	260 415,98	132 462,83	-	3 740 169,02
Quantia escriturada	119 466,56	3 461 135,79	77 870,38	29 981,25	43 751,06	91 047,33	9 225,00	3 832 477,37

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire efetuou os seguintes investimentos, mais significativos, no ano de 2025:

- **Edifícios e outras construções:** respeitante a trabalhos de pintura e remodelações de piso, no edifício da creche, no valor total de 19.420,07 euros;
- **Equipamento básico:** substituição de um reprodutor central no valor total de 4.422,54 euros;
- **Equipamento de transporte:** aquisição de uma viatura elétrica de 9 lugares com transformação, ao abrigo da candidatura PRR – Mobilidade Verde, (ver notas 11 e 14.2, abaixo);
- **Equipamento administrativo:** deve-se, essencialmente, à instalação e configuração de um novo servidor "dell poweredge" no valor de 11.573,69 euros; e,
- **Investimento em curso:** respeitante aos projetos de execução e licenciamento para a requalificação da creche no valor total de 24.708,71 euros, ao abrigo da candidatura PRR – Equipamentos Sociais, (ver notas 11 e 14.2, abaixo).

Adicionalmente, a Instituição alienou os seguintes imóveis:

1. Artigo Urbano n.º 3978-N e 3978-O, ambos, sujeitos ao regime jurídico da propriedade horizontal, situados na Avenida da Misericórdia Lote Fricol, Bloco 3, Castro Daire. Os dois

imóveis foram alienados pelo montante total de 80.000,00€, o qual tinham sido adquiridos por 99.759,58€, encontrando-se depreciados no valor de 69.831,70€, tendo gerado um ganho no valor de 50.072,12€. [ver nota 22, abaixo]; e,

- Alienação do urbano n.º 13573-AA da freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar constituído em regime de propriedade horizontal sito em Rio Tinto, foi alienado no valor de 28.000,00€. O imóvel tinha sido adquirido por 13.056,81€, o qual se encontrava depreciado no valor de 5.489,01€, tendo gerado um ganho no valor de 20.432,20€. [ver nota 22, abaixo].

4.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Classe de ativos fixos tangíveis	Depreciações do Período		Depreciações acumuladas	
	2025	2024	2025	2024
Edifícios e outras construções	123 646,31	125 539,73	2 126 897,65	2 073 069,10
Equipamento básico	12 378,54	12 484,21	1 060 962,17	1 048 583,63
Equipamento de transporte	22 472,69	9 993,75	248 110,17	225 637,48
Equipamento administrativo	4 290,75	5 088,79	264 706,73	260 415,98
Outros ativos fixos tangíveis	3 571,39	3 846,47	130 531,27	132 462,83
Total	166 359,68	156 952,95	3 831 207,99	3 740 169,02

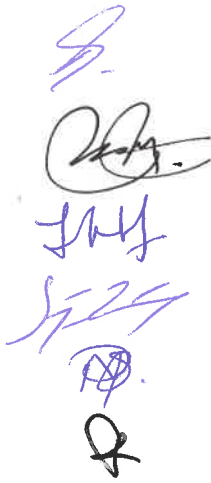
4.3 Bens do património histórico e cultural

Na presente rubrica, não ocorreram quaisquer movimentos, pelo que, a rubrica não apresenta qualquer variação.

5. Ativos intangíveis

Nos anos de 2025 e 2024 a rubrica "Ativos intangíveis" tem o seguinte detalhe:

2025			
Descrição	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo em 01-01-2025	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Saldo em 31-12-2025	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Amortizações acumuladas			
Saldo em 01-01-2025	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Saldo em 31-12-2025	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Quantia escriturada	-	-	-
2024			
Descrição	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo em 01-01-2024	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Saldo em 31-12-2024	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Amortizações acumuladas			
Saldo em 01-01-2024	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Saldo em 31-12-2024	32 379,88	25 725,38	58 105,26
Quantia escriturada	-	-	-



No período económico de 2025, a Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire não registou alterações na presente rubrica.

6. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Instituição detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição dos investimentos financeiros	Saldo em 01-01-2025	Restituição	Variações de justo valor	Saldo em 31-12-2025
Valorização pelo modelo do justo valor				
Fundo de Compensação do Trabalho	34 827,11	(35 485,96)	658,85	-
Total ao modelo do justo valor	34 827,11	(35 485,96)	658,85	-
Total	34 827,11	(35 485,96)	658,85	-

Esta rubrica incluía o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado em 2013 com a finalidade de apoiar as entidades empregadoras no cumprimento das obrigações de pagamento de compensações por cessação de contratos de trabalho. O FCT funcionava como um fundo de capitalização, que podia ser ativado para cobrir até 50% do valor da compensação devida.

Com o Decreto-Lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro, o FCT foi convertido num fundo contabilisticamente fechado, constituído pelos saldos das contas globais dos empregadores. As novas finalidades do fundo passam a incluir:

- Apoio a custos e investimentos em **habitação** para os trabalhadores;
- Investimentos em **creches e refeitórios** (mediante acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores);
- Financiamento de **qualificação e formação certificada**.

Em 2025, a Instituição solicitou a restituição do saldo, tendo recebido o montante de 35.485,96 euros. Uma vez que o saldo contabilístico registado era de 34.827,11 euros, procedeu-se ao reconhecimento da diferença de 658,85 euros na rubrica de "aumentos/reduções de justo valor".

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas de inventários	31-12-2025	31-12-2024
Matérias primas	26 743,33	24 324,80
Total	26 743,33	24 324,80

Quantia de Inventários reconhecida como gasto em 2025 e 2024:

Descrição	2025		2024	
	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	24 324,80	24 324,80	25 824,60	25 824,60
Compras	579 050,05	579 050,05	579 656,47	579 656,47
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	3 169,13	3 169,13
Inventário final	26 743,33	26 743,33	24 324,80	24 324,80
Custo das mercadorias vend e mat consumidas	576 631,52	576 631,52	584 325,40	584 325,40

Do quadro acima exposto, a Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire entende que é pertinente fornecer as seguintes informações adicionais:

- No que diz respeito a compras de bens alimentares, artigos de higiene e limpeza, a Entidade ocorreu em gastos no valor total de 579.050,05 euros (2024: 579.656,47 euros);
- Os inventários à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024, subdividem-se da seguinte forma:
 - Matérias-primas – no valor de 7.136,86 euros (2024: 7.915,32 euros), as quais correspondem a géneros alimentares; e,
 - Matérias subsidiárias – no montante de 19.606,47 euros (2024: 16.409,48 euros), os quais correspondem, maioritariamente, a material de higiene e limpeza no valor de 13.323,61 euros (2024: 11.641,69 euros).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes	Datas		
	31-12-2025	31-12-2024	Variação
Clientes Gerais	2 542,76	2 027,73	515,03
Lar Idosos I (Lar Padre Sebastião)	18 331,35	40 750,80	(22 419,45)
Lar de idosos II (Lar S.Pedro)	34 038,63	99 174,88	(65 136,25)
Centro de Dia	3 221,64	1 767,57	1 454,07
Serviço de Apoio domiciliário	3 151,78	1 848,09	1 303,69
Creche	1 032,00	3 390,00	(2 358,00)
Jardim de Infância	-	3 278,37	(3 278,37)
A.T.L	476,00	5 404,65	(4 928,65)
CAO-CACI	3 492,33	292,45	3 199,88
Lar Residencial	463,30	1 953,67	(1 490,37)
Residência Autónoma	127,00	0,10	126,90
Cama Gestão privada	-	1 856,59	(1 856,59)
UCC	15 831,87	21 819,50	(5 987,63)
Outros utentes	1 369,39	2 952,22	(1 582,83)
Clientes de cobrança duvidosa	77 442,75	15 447,74	61 995,01
Total de clientes	161 520,80	201 964,36	(40 443,56)
Perdas por imparidade acumuladas	(77 442,75)	(15 447,74)	(61 995,01)
Total líquido de clientes	84 078,05	186 516,62	(102 438,57)

Detalhe da evolução das imparidades:

Evolução das imparidades acumuladas	Períodos	
	31-12-2025	31-12-2024
Saldo a 1 de janeiro	15 447,74	15 447,74
Aumentos	61 995,01	-
DR - Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	61 995,01	-
Saldo a 31 de dezembro	77 442,75	15 447,74

No presente ano, a Instituição constituiu perdas por imparidade no valor de 61.995,01 euros por se considerar que os mesmos podem não ser recuperáveis.

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2025	31-12-2024	Variações 2025/2024
Ativo:			
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA Reembolsos Pedidos	7 928,52	4 897,98	3 030,54
Total ativo	7 928,52	4 897,98	3 030,54
Passivo:			
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	25 719,62	7 231,37	18 488,25
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA A Pagar	6 154,37	6 678,11	(523,74)
Contribuições para a segurança social	64 126,41	61 957,68	2 168,73
Total do passivo	96 000,40	75 867,16	20 133,24

O montante registado em ativos correntes (Estado e Outros Entes Públicos) refere-se a:

- IVA a Recuperar: Pedidos de restituição de Imposto sobre o Valor Acrescentado incidentes sobre a aquisição de bens alimentares e investimentos em Ativo Fixo Tangível realizados durante o exercício de 2025. À data de encerramento do balanço, estes valores aguardam liquidação por parte da Autoridade Tributária.

No passivo:

- Retenções na Fonte e Encargos Sociais: As rubricas de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e Segurança Social refletem as retenções e encargos incidentes sobre o processamento salarial de dezembro de 2025, cuja liquidação ocorreu no período subsequente (janeiro de 2026); e.
- IVA a Pagar: Inclui o saldo credor apurado na declaração periódica de dezembro de 2025, no valor de 2.163,74 euros, pago no período subsequente. Ao remanescente, resulta do apuramento de dezembro de 2023 no valor de 11.970,39 euros, o qual se encontra a ser liquidada através de um plano prestacional, conforme detalhado na Nota 26, abaixo.

10. Fundadores

O montante apresentado respeita as quotas ainda por receber no montante de 14.751,00 euros (2024: 12.511,00 euros).

11. Outros ativos correntes

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Outros ativos correntes	31-12-2025	31-12-2024	Variações 2025/2024
	Total	Total	
Devedores por acréscimo de rendimentos	147 485,69	111 089,75	36 395,94
ACSS - Administração Central Sistema de Saúde	143 955,07	60 800,00	83 155,07
PRR-RE-CO3-I01-09-000225 -NOVA CRECHE(25)	126 000,00	-	126 000,00
Outros IIEFP	33 970,18	36 890,05	(2 919,87)
ISS -PROJ.PARES	14 470,70	14 470,70	-
PRR -MOB.VERD.-AQ VIAT ELET 25 (AV12)	12 000,00	-	12 000,00
PRR -MOBILID.VERDE-AQ.VIAT.ELET.	7 500,00	7 500,00	-
PRR -MOB.VERD.-AQ.VIAT EL.-25 (AV14)	7 500,00	-	7 500,00
Ao pessoal	4 271,16	-	4 271,16
Outros devedores	2 557,66	2 557,66	-
CDSSSV	2 308,58	2 308,27	0,31
Adiantamentos a fornecedores	279,41	3 154,10	(2 874,69)
Saldos devedores de fornecedores	-	461,00	(461,00)
Total	502 298,45	239 231,53	263 066,92

A rubrica "devedores por acréscimo de rendimentos" é composta maioritariamente por:

- ACSS no montante de 82.261,30 euros, respeitante à faturação emitida em janeiro de 2026, corresponde à faturação relativa aos encargos com medicamentos, EAD's, pensos e apósitos do mês de dezembro de 2025;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Segurança Social, no valor de 29.165,10 euros (2024: 19.321,36 euros), resultante de participações dos acordos de cooperação relativos ainda ao ano de 2025, cujo recebimento ocorreu em 2026; e,
- CDSSSV no montante de 20.680,93 euros referente aos encargos de apoio social referentes ao período de 2025, cuja faturação ocorreu em 2026.

A “ACSS – Administração Central Sistema de Saúde” no montante de 143.955,07 euros (2024: 60.800,00 euros) inclui faturas emitidas da Unidade de Saúde Nini Lacerda – SCM Castro Daire referente à faturação de novembro e dezembro de 2025, o qual, a ACSS pagou apenas em janeiro e fevereiro de 2026.

Em 21 de fevereiro de 2025, a SCMCD recebeu parecer favorável relativamente à concessão de um apoio financeiro de 180.000,00 euros para criação e remodelação de lugares na creche. Até 31 de dezembro de 2025, a Instituição já recebeu o montante de 54.000,00 euros.

Para além disto, em 24 de fevereiro de 2025, a SCMCD recebeu parecer favorável relativamente à concessão de um apoio financeiro para aquisição de uma viatura elétrica com transformação de 9 lugares no montante máximo de 40.000,00 euros. No entanto, a SCMCD já recebeu 70% do valor máximo apoiado, ficando por receber o valor de 12.000,00 euros;

Em 20 de maio de 2025, a SCMCD recebeu parecer favorável sobre a concessão de um apoio financeiro até ao montante máximo de 25.000,00 euros para aquisição de uma viatura elétrica de passageiros com transformação, tendo recebido o valor de 17.500,00 euros de adiantamento.

(ver nota 14.2, abaixo).

12. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” tem o seguinte detalhe:

Diferimentos	Datas		Variações 2025/2024
	31-12-2025	31-12-2024	
Gastos a reconhecer			
Seguros	1 704,44	13,67	1 690,77
Serviços de informática	1 553,03	6 802,05	(5 249,02)
Total do Ativo	3 257,47	6 815,72	(3 558,25)
Rendimentos a reconhecer			
IEFP	15 369,52	4 018,21	11 351,31
Restituição IVA	36 168,21	37 656,35	(1 488,14)
Total do Passivo	51 537,73	41 674,56	9 863,17

No ativo:

- Seguros pagos antecipadamente, cujo período estende-se para além de 2025; e,
- Serviços de informática no valor de 1.553,03 euros.

No passivo:

- "IEFP": a rubrica reflete o reconhecimento de apoios financeiros concedidos pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) no âmbito de programas de criação de postos de trabalho.

13. Caixa e depósitos bancários

A rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Caixa e depósitos bancários	Datas		Variações 2025/2024
	31-12-2025	31-12-2024	
Caixa	4 400,69	1 991,17	2 409,52
Depósitos à ordem			
CGD nº 231000240630	13 041,27	10 796,72	2 244,55
Millennium BCP nº: 3039129011	53 723,33	65 631,93	(11 908,60)
CA nº 40151090994	64 115,70	14 703,20	49 412,50
SANTANDER 02833299001	55 622,40	5 044,40	50 578,00
BPI nº 38089360000001	89,17	445,61	(356,44)
BIC1505 / ABANCA4903	7 197,84	3 442,98	3 754,86
BIC176 (COFRE UT) / ABANCA4468	42 554,10	38 190,05	4 364,05
BIC1750 / ABANCA3896	10 156,58	3 551,02	6 605,56
	<u>246 500,39</u>	<u>141 805,91</u>	<u>104 694,48</u>
Depósitos a prazo			
SANTANDER D.PRAZO	174,00	3 474,00	(3 300,00)
	<u>174,00</u>	<u>3 474,00</u>	<u>(3 300,00)</u>
Total de caixa e depósitos bancários	251 075,08	147 271,08	103 804,00

Não existem qualquer restrição à disponibilização / movimentação imediata dos valores existentes na rubrica de depósitos à ordem.

14. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos Patrimoniais" tem o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2024	Aumento	Diminuições	31-12-2025
Fundos Patrimoniais				
Fundos	141 340,44			141 340,44
Resultados Transitados	924 961,58		(316 044,96)	608 916,62
Outras variações no capital próprio	2 119 741,45	245 000,00	(50 831,97)	2 313 909,48
Resultado Líquido do Período	(316 044,96)	348 430,56		32 385,60
Saldo em 31 de dezembro	2 869 998,51	593 430,56	(366 876,93)	3 096 552,14

14.1 Resultados Transitados

A rubrica "Resultados Transitados" tem o seguinte detalhe:

Resultados transitados	2025	2024
	Total	Total
Saldo em 1 de janeiro	924 961,58	1 365 273,17
Diminuições do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	(316 044,96)	(440 311,59)
Total das diminuições do período	(316 044,96)	(440 311,59)
Saldo em 31 de dezembro	608 916,62	924 961,58

Verificou-se a aplicação do resultado líquido de 2024 em resultados transitados, no montante de 316.044,96 euros (2024: 440.311,59 euros), conforme deliberado pela Mesa Administrativa.

14.2 Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	2025			2024		
	Subsídios	Doações	Total	Subsídios	Doações	Total
Saldo em 1 de janeiro	1 373 127,87	746 613,58	2 119 741,45	1 324 399,36	746 613,58	2 071 012,94
Aumentos do período						
Reconhecimento de subsídios ao investimento	245 000,00	-	245 000,00	85 293,00	-	85 293,00
Ajustamentos	-	-	-	100,81	-	100,81
Total dos aumentos do período	245 000,00	-	245 000,00	85 393,81	-	85 393,81
Diminuições do período						
Imputação de subsídios ao investimento a rendimentos do período	(50 831,97)	-	(50 831,97)	(36 665,30)	-	(36 665,30)
Total das diminuições do período	(50 831,97)	-	(50 831,97)	(36 665,30)	-	(36 665,30)
Saldo em 31 de dezembro	1 567 295,90	746 613,58	2 313 909,48	1 373 127,87	746 613,58	2 119 741,45

A Entidade, no ano de 2025, reconheceu como subsídio ao investimento, (ver nota 11, acima):

- Em 21 de fevereiro de 2025, a SCMCD recebeu parecer favorável relativamente à concessão de um apoio financeiro de 180.000,00 euros para criação e remodelação de lugares na creche;
- Concessão de um apoio financeiro para aquisição de uma viatura elétrica com transformação de 9 lugares no montante máximo de 40.000,00 euros; e,
- Concessão de um apoio financeiro até ao montante máximo de 25.000,00 euros para aquisição de uma viatura elétrica de passageiros com transformação.

Em 2024, reconheceu como subsídio ao investimento:

- PRR – Mobilidade Verde => referente a aquisição de uma viatura elétrica afeta à valência do Serviço de Apoio Domiciliário, o qual é financiada até ao limite máximo de 25.000,00 euros; e,
- PARES – reconhecimento no montante de 60.295,00 euros referente ao PARES 3.0 que visa o desenvolvimento da resposta social elegível de Lar Residencial com capacidade de 30 utentes (24 lugares a remodelar e 6 lugares a criar), localizado no concelho de Castro Daire.

Adicionalmente, a Entidade realizou a imputação dos subsídios ao investimento registados na conta 593 (por contrapartida da conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos) no montante de 50.831,97 euros, (2024: 36.665,30 euros).

15. Financiamentos Obtidos

A rubrica apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Datas					
	31-12-2025			31-12-2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
BCP (FEI SOCIAL)	296 400,75	50 450,04	346 850,79	350 000,00	-	350 000,00
santander	28 003,60	55 555,56	83 559,16	74 074,06	64 814,82	138 888,88
BCP - apoio tesouraria	-	-	-	-	50 000,00	50 000,00
Totais	324 404,35	106 005,60	430 409,95	424 074,06	114 814,82	538 888,88

No ano de 2023, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro de Daire celebrou um contrato de financiamento com a Instituição Bancária "BPI" em 29-11-2023 na sequência da proposta apresentada e no âmbito da "Linha de Financiamento ao Setor Social", pelo montante global de 350.000,00 euros, com data de vencimento a 29-11-2033. A 31 de dezembro de 2025, encontrava-se em dívida o valor de 346.850,79 euros, com uma taxa de juro nominal de 4,194%. Este financiamento, tem uma garantia no montante de 280.000,00 euros de fiança/aval.

A Entidade dispõe de um contrato de financiamento com a Instituição Bancária "Banco Santander Totta" contratualizado em 07-06-2021, pelo montante global de 250.000,00 euros, com data de vencimento de 07-06-2027. A 31 de dezembro de 2025, encontrava-se em dívida o valor de 83.559,16 euros, com uma taxa de juro de 4,68%. Este financiamento, tem uma garantia no montante de 74.999,99 euros da Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

16. Fornecedores

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024	Variações 2025/2024
Fornecedores c/c	306 022,69	301 709,47	4 313,22
Totais	306 022,69	301 709,47	4 313,22

O saldo da rubrica de fornecedores a 31 de dezembro de 2025 era de 306.022,69 euros (2024: 301.709,47 euros), representando um aumento face ao período anterior no valor de 4.313,22 euros.

17. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Datas		Variações 2025/2024
	31-12-2025 Total	31-12-2024 Total	
Credores por acréscimo de gastos	552 680,44	552 978,22	(297,78)
Remunerações a liquidar	514 238,84	473 138,31	41 100,53
Outros gastos acrescidos	38 441,60	79 839,91	(41 398,31)
Fornecedores de investimento	25 358,21	30 502,29	(5 144,08)
Outros Credores	28 677,22	23 207,57	5 469,65
Pessoal	441,65	306,13	135,52
Saldos credores de clientes	55 872,41	65 464,84	(9 592,43)
Totais	663 029,93	672 459,05	(9 726,90)

A variação da rubrica "Outros passivos correntes" deve-se ao seguinte:

- **"Credores por acréscimo de gastos"** é justificado pelo incremento na estimativa do gasto com férias, subsídio de férias e restantes encargos (*aumento de 41.100,53 euros*, face à estimativa do ano anterior), em consequência, do aumento do salário mínimo nacional. Por sua vez, os "outros gastos acrescidos" apresenta uma diminuição face ao ano anterior resultante do processamento dos

retroativos processados em 2025, cujo período dizia respeito a 2024. Situação esta, que não se verificou no presente ano.

- “Saldo credores de clientes” diz respeito, essencialmente, aos valores de cofre no valor de 42.954,10 euros (2024: 38.590,05 euros).

18. Vendas e Serviços Prestados

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Prestação de serviços			
Utentes:			
Creche	-	4 161,34	(4 161,34)
Jardim de Infância	28 337,42	47 892,33	(19 554,91)
A.T.L.	-	16 628,74	(16 628,74)
Família e Comunidade	443,00	808,00	(365,00)
CAO -CACI	35 871,14	33 947,34	1 923,80
Lar Residencial	68 356,98	48 494,75	19 862,23
Residência Autónoma	6 767,07	7 417,80	(650,73)
Lares Idosos	864 707,48	783 488,51	81 218,97
Centro de Dia	27 039,90	30 113,74	(3 073,84)
SAD -Serv. Apoio Domiciliário	106 384,40	92 845,50	13 538,90
Gestao Camas Privadas	120 465,70	120 453,84	11,86
Unidade de Cuidados Continuados	179 250,12	163 891,14	15 358,98
Outras atividades sociais	-	1 645,48	(1 645,48)
VENDA ENERGIA -SU	418,70	569,64	(150,94)
subtotal utentes	1 438 041,91	1 352 358,15	85 683,76
Entidades Públicas			
CRECHE	432 821,21	378 653,50	54 167,71
JARDIM INFANCIA	31 622,06	57 615,78	(25 993,72)
ATL	-	6 985,98	(6 985,98)
Refeitórios Cantina Social	12 186,38	15 123,75	(2 937,37)
CACI	235 800,96	213 875,52	21 925,44
LAR RESIDENCIAL	456 213,17	397 649,97	58 563,20
RESIDENCIA AUTONOMA	78 686,40	76 564,65	2 121,75
ERPI	743 830,16	570 899,47	172 930,69
CENTRO DIA	19 533,92	13 211,78	6 322,14
SAD -SERV. APOIO DOMICILIARIO	156 721,26	125 359,15	31 362,11
Camas -Acordo Coop. -ISS (viseu)	-	1 095,00	(1 095,00)
UCC- Média duração e reabilitação	59 067,25	62 944,00	(3 876,75)
UCC- Longa duração e manutenção	186 260,67	177 039,80	9 220,87
subtotal entidades públicas	2 412 743,44	2 097 018,35	315 725,09
Outras Entidades Públicas			
UCC -Media Duração	444 898,50	423 794,69	21 103,81
UCC - Longa Duração e Manutenção	248 578,76	237 322,62	11 256,14
subtotal outras entidades públicas	693 477,26	661 117,31	32 359,95
Outros serviços			
Quotizações e jóias	6 915,00	7 995,00	(1 080,00)
Serviços secundários	58 475,79	55 402,66	3 073,13
subtotal outros serviços	65 390,79	63 397,66	1 993,13
Volume de negócios	4 609 653,40	4 173 891,47	435 761,93

De acordo com o ponto 6.6 e 6.7 da Norma Contabilística e de Relato Financeiros para Entidades do Setor não Lucrativo, o reconhecimento das verbas provenientes de acordos de cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo, em cumprimento da informação emanada da Comissão de Normalização Contabilística, datada de 24 de novembro de 2023, na qual esclareceu que:



- a) quando o pagamento da participação estiver dependente da variação da frequência dos utentes, está-se perante uma prestação de serviços; e,
- b) quando o pagamento da participação ocorrer independentemente da variação ou frequência dos utentes, são atribuídas tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estando-se perante a atribuição de um subsídio à exploração.

Dado que, o pagamento das participações está dependente da variação da frequência dos utentes e, seguindo os critérios da NCRF-ESNL, a Entidade reclassificou as participações recebidas da Segurança Social, contabilizando as participações para a conta 729.

Posto isto, o aumento observado em "Vendas e Prestação de Serviços" deve-se, essencialmente, às atualizações das participações financeiras recebidas pela Instituição, referentes aos acordos de cooperação realizados com o Instituto da Segurança Social.

As valências que registaram variações mais significativas, nas mensalidades, foram:

- Lar de Idosos apresenta um aumento face ao ano anterior no valor de 81.218,97 euros. O incremento observado diz respeito, principalmente, à entrada de novos utentes;
- Jardim de infância diminuiu comparativamente ao ano anterior no valor de 19.554,91 euros motivado pela diminuição do n.º médio de crianças;
- A.T.L., apresenta um decréscimo no valor de 16.628,74 euros, dado encerramento da valência; e,
- O Apoio Domiciliário, comparativamente ao ano anterior aumentou no valor de 13.538,90 euros, resultante da atualização das mensalidades e do n.º médio de utentes.

No que concerne às participações, podemos constatar o seguinte:

- A creche aumentou no valor de 54.167,71 euros face ao período anterior resultante, essencialmente, do aumento das participações.
- Jardim de Infância diminuiu face ao ano anterior no valor de 25.993,72 euros motivado pelo decréscimo do n.º médio de crianças de 19, em 2024, para 11 em 2025.
- A.T.L conforme mencionado, anteriormente, a valência encerrou, pelo que, não gerou rendimentos no ano;
- Lar Residencial aumentou comparativamente ao ano anterior no valor de 58.563,20 euros resultante do aumento do n.º médio de utentes e atualização das participações da Segurança Social;
- ERPI subdivide-se em:
 - Lar de S.Pedro: tem a capacidade para receber 52 pessoas com graus variados de dependência com as mais diversas patologias clínicas, sendo o acesso reservado a maiores de 65 anos ou excepcionalmente menores dessa idade, mas portadores de doença que justifica a institucionalização. Tem sido habitual a

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and several initials below.

plena lotação das vagas existentes. Os utentes dividem-se tendo em conta o seu género por, 42 mulheres e 10 de homens com uma média de idades de aproximadamente 85 anos. São na sua maioria pessoas dependentes em grau elevado.

- o Lar Padre Sebastião Vieira: é uma Estrutura Residencial para pessoas idosas desenvolvidas em alojamento coletivo que se destina a acolher de forma permanente ou temporária a pessoa idosa de ambos os sexos. A ERPI tem como missão ser uma “casa de família” dos seus utentes que necessitem de assistência e apoio nas atividades de vida diária. O Lar Padre Sebastião Vieira tem capacidade para acolher 36 idosos.
- A unidade de cuidados continuados subdivide-se em longa e média duração, tendo as participações da ARS/ACSS ascendido a 693.477,26 euros (2024: 661.117,31 euros) e as participações do Centro Distrital da Segurança Social ascendiam a 245.327,92 euros (2024: 239.983,80 euros).

19. Subsídios, doações e legados à exploração

Descrição	2025	2024	Variações 2025/2024
FUNDO SOCORRO -IGFSS	250 000,00	-	250 000,00
RSI -Rend. Social Inserção -CMCD	85 958,00	85 958,00	-
IEFP	36 682,41	43 300,54	(6 618,13)
Doações e heranças (afetas a explorac.)	13 997,39	5 027,41	8 969,98
Município Castro Daire (CMCD)	3 070,00	3 035,00	35,00
Outros Subsídios ISS	1 465,65	-	1 465,65
Total	391 173,45	137 320,95	253 852,50

A SCMCD recebeu, em 2025, o montante de 250.000,00 euros relativamente à candidatura Fundo Socorro Social para equilíbrio financeiro. A Instituição utilizou esse subsídio para solver os seus compromissos de longa data e também para pagar aos seus colaboradores.

20. Fornecimento e Serviços Externos

A rubrica "Fornecimento e Serviços Externos" apresenta a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Periodos		Variação	
	2025	2024	Absoluta	%
Combustíveis	149 783,52	154 999,57	(5 216,05)	-3,4%
Electricidade	114 932,46	93 405,33	21 527,13	23,0%
Trabalhos especializados	99 219,25	89 120,60	10 098,65	11,3%
Honorários	91 917,09	103 229,70	(11 312,61)	-11,0%
Conservação e reparação	70 802,47	61 134,98	9 667,49	15,8%
Outros serviços	61 707,09	59 721,69	1 985,40	3,3%
Materiais	29 164,03	13 166,39	15 997,64	121,5%
Seguros	22 155,13	21 444,75	710,38	3,3%
Água	17 748,20	19 406,86	(1 658,66)	-8,5%
Comunicação	14 850,45	13 994,26	856,19	6,1%
Subcontratos	11 362,71	14 810,00	(3 447,29)	-23,3%
Rendas e alugueres	8 138,18	6 589,36	1 548,82	23,5%
Vigilância e segurança	7 240,58	-	7 240,58	-
Deslocações, estadas e transportes	5 969,35	1 796,66	4 172,69	232,2%
Comissões	3 690,00	4 920,00	(1 230,00)	-25,0%
Contencioso e notariado	286,24	270,14	16,10	6,0%
Limpeza, higiene e conforto	269,11	162,60	106,51	65,5%
Outros Fluidos	93,06	117,47	(24,41)	-20,8%
Total	709 328,92	658 290,36	51 038,56	7,8%

De seguida apresentamos as principais variações da rubrica "Fornecimentos e Serviços externos" ao longo do ano de 2025

- **Electricidade:** aumento no valor de 21.527,13 euros;
- **Trabalhos especializados:** comparativamente ao ano anterior, a rubrica aumentou no valor de 10.098,65 euros;
- **Comissões:** apresenta um aumento no valor de 1.230,00 euros face ao ano transato, resultante das comissões relativas à venda de imóveis (ver nota 4, acima).

21. Gastos com o pessoal

A rubrica "Gastos com o pessoal" tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Remunerações do pessoal	2 831 796,40	2 737 904,04	93 892,36
Indemnizações	5 300,00	8 900,28	(3 600,28)
Encargos sobre remunerações	631 878,91	547 817,73	84 061,18
Seguros	40 327,20	32 376,57	7 950,63
Outros gastos com pessoal	2 022,29	3 709,87	(1 687,58)
Total	3 511 324,80	3 330 708,49	180 616,31
Nº médio de colaboradores	211	202	9
Gasto médio por colaborador	16 641,35	16 488,66	152,69

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 2025 foi de 211 e em 2024 foi de 202 (aumento do n.º médio de 9 colaboradores). Para além, da entrada de 9 novos colaboradores, o aumento dos gastos com o pessoal no montante de 180.616,31 euros, deve-se, essencialmente, às atualizações salariais e ao aumento do salário mínimo nacional.



22. Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Alienações	70 504,32	22 823,28	47 681,04
Imputação de subsídios para investimentos	50 831,97	36 665,30	14 166,67
Correção de períodos anteriores	29 128,54	55 329,30	(26 200,76)
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	17 773,82	17 547,75	226,07
Outros rendimentos	10 456,00	16 367,76	(5 911,76)
Restituição de impostos	3 573,50	4 190,14	(616,64)
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 230,14	1 363,55	(133,41)
Rendimentos suplementares	1 138,22	1 322,87	(184,65)
Sinistros	-	427,91	(427,91)
Total	184 636,51	156 037,86	28 598,65

No presente ano, a Instituição alienou os seguintes imóveis:

- Artigo Urbano n.º 3978-N e 3978-O, ambos, sujeitos ao regime jurídico da propriedade horizontal, situados na Avenida da Misericórdia Lote Fricol, Bloco 3, Castro Daire. Os dois imóveis foram alienados pelo montante total de 80.000,00€, o qual tinham sido adquiridos por 99.759,58€, encontrando-se depreciados no valor de 69.831,70€, tendo gerado um ganho no valor de 50.072,12€. [ver nota 4, acima]; e,
- Alienação do urbano n.º 13573-AA da freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar constituído em regime de propriedade horizontal sito em Rio Tinto, foi alienado no valor de 28.000,00€. O imóvel tinha sido adquirido por 13.056,81€, o qual se encontrava depreciado no valor de 5.489,01€, tendo gerado um ganho no valor de 20.432,20€. [ver nota 4, acima].

23. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Correções relativas a períodos anteriores	72 874,16	8 304,92	64 569,24
Dívidas incobráveis	19 617,53	-	19 617,53
Outros não especificados	5 309,24	5 577,17	(267,93)
Quotizações	2 840,00	2 840,00	-
Impostos	1 526,87	3 722,95	(2 196,08)
Donativos	1 170,00	150,00	1 020,00
Total	103 337,80	20 595,04	82 742,76

O saldo da rubrica "correções relativas a períodos anteriores" inclui, essencialmente, a correção de saldos de fornecedores, o acerto do saldo do MAREES e as notas de crédito da ACSS referentes à anulação de faturação do ano de 2023.

Em 2025, a Instituição considerou dívidas incobráveis de utentes no valor de 19.617,53 euros, visto que, os valores não são recuperáveis, conforme deliberado na Ata da Mesa Administrativa no dia 30 de dezembro de 2025.

24. Juros e gastos similares suportados

A rubrica "juros e gastos similares suportados" tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2025	2024	Variações 2025/2024
Juros suportados	21 008,50	28 331,39	(7 322,89)
Outros gastos de financiamento	5 014,75	4 095,59	919,16
Total	26 023,25	32 426,98	(6 403,73)

O decréscimo da rubrica "juros suportados", no valor de 7.322,89 euros, deve-se à diminuição das taxas de juro e às amortizações realizadas ao longo do período, conforme plano financeiro.

25. Acontecimentos após a data do balanço

25.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, no dia 24 de março de 2026. No entanto, os irmãos poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

25.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

No que concerne às perspetivas futuras, a Mesa Administrativa mantém uma postura de elevada prudência e apreensão. A conjuntura internacional permanece marcada pela instabilidade derivada do prolongamento do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, cujos efeitos na subida dos preços da energia e bens de primeira necessidade são já estruturais.

Adicionalmente, a escalada do **conflito no Médio Oriente** introduziu novos fatores de incerteza, com impactos diretos na volatilidade dos mercados de combustíveis e na disrupção das cadeias de abastecimento globais. Embora a Instituição tenha demonstrado resiliência, os impactos reais a médio e longo prazo destas tensões geopolíticas combinadas são ainda, neste momento, difíceis de quantificar, prevendo-se que continuem a pressionar os custos operacionais e a condicionar o quadro macroeconómico no próximo exercício.

Nesta data, não existe informação que nos permita quantificar, com algum grau de certeza, os impactos que se poderão verificar nas várias dimensões em que a Instituição se insere, nomeadamente, de natureza social, política, económica, financeira, entre outros.

26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire, apresenta uma dívida ao Estado no montante de 4.149,43 euros referente ao apuramento do IVA do mês de dezembro de 2023, o qual se encontra a amortizar em prestações mensais.

A Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social em situação de mora.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade.

A celeridade no recebimento das participações recebidas da Segurança Social, e o facto de serem processadas tendo por base apenas o N° de Utentes afetos a cada valência, é também um fator de segurança financeira para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Castro Daire e que lhe permite assegurar o pressuposto da continuidade.

27. Termo de Responsabilidade

A Mesa Administrativa e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2025, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

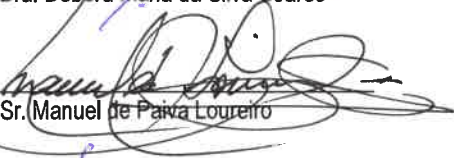
- Para além das divulgadas no Anexo, não existem quaisquer outras responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor de terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Instituição, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Instituição, no âmbito da NCRF-ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Castro Daire, 24 de março de 2026

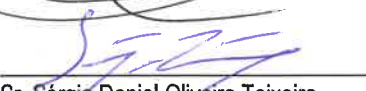
Mesa Administrativa



Dra. Débora Maria da Silva Soares




Sr. Manuel de Paiva Loureiro



Sr. Sérgio Daniel Oliveira Teixeira



Prof. Dra. Paula Marques dos Santos



Sr. José Alfredo Portelo Monteiro

O Contabilista Certificado



Dr. José Lemos (CC n.º 4 247)

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – DIA 28/03/2026

CONVOCATÓRIA

ALBINO JOSÉ POÇAS DE OLIVIERA GUERRA, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTRO DAIRE

CONVOCA, nos termos do nº 1 do artigo 23º e para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 21.º e alínea b) do nº 2 do artigo 22.º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, conjugados com a alínea c) do artigo 59.º -A e do artigo 60.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS – aprovado em anexo ao Decreto – Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 76/2015, de 28 de Julho, **a Assembleia Geral de Irmãos para a reunião que se realizará, no dia 28 de março de 2026, pelas 9h30 horas, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, sito na Av. da Misericórdia, nº 38, nesta vila de Castro Daire, com a seguinte:**

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO 01 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2025 e do Parecer do Conselho Fiscal, nos termos das sobreditas disposições legais e estatutárias;

PONTO 02 – Outros assuntos de interesse para a Instituição.

Nota:

1 – A Assembleia Geral reúne à hora marcada se estiver presente mais de metade dos Irmãos com Direito a Voto; ou meia hora depois, com qualquer número de Irmãos presentes ou representados, em segunda convocação, nos termos do nº 1 do artigo 24.º do Compromisso;

Santa Casa da Misericórdia de Castro Daire, 12 de março de 2026

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



- Albino José Poças Oliveira Guerra -

